ETODOLOGIA UALITATIVA



TERESA MARIA FROTA HAGUETTE

\mathbf{V}

O objeto das metodologias qualitativas

Ao contrário do que muitos supõem, o método etnográfico não é o único a possuir as características do método qualitativo. Uma delas se refere à existência de obstáculos que impedem a observação direta e a mensuração de certas variáveis. As razões para a utilização deste ao invés dos métodos quantitativos, entretanto, podem divergir dependendo da orientação metodológica básica do pesquisador. Enquanto os quantitativistas justificam seu uso sob o argumento de impossibilidade de geração de dados estatísticos ou por razões de custo ou rapidez na pesquisa (Boudon, 1971, Lazarsfeld, 1969), os qualitativistas afirmam seja a superioridade do método que fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas societais, seja a incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. Entrementes, os dois estão acordes sobre o tipo de método mais adequado para cada tipo de objeto de estudo: os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser.

Lazarsfelf (1969:169) identifica três situações onde se presta atenção particular a indicadores qualitativos: a) situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas ⁴²; b) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência etc.; c) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta.

Exemplificam bem o primeiro tipo de situação os estudos de Weber sobre o capitalismo moderno (A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo), o de Lucien Goldman sobre o romance (La Sociologie du Roman) e o de Robert Merton sobre a máquina política americana (Social Theory and Social Structure). 43 O segundo tipo está evidenciado em todos os estudos interacionistas baseados na análise de documentos pessoais, entrevistas e observação participante sobre diferentes objetos, tais como: delinqüência juvenil, prostituição, relações raciais etc. O terceiro tipo de situação é tipificado nos estudos de unidades sociais naturais, tais como: organizações (empresa, hospital, prisão) e comunidades, também fortemente apoiados nos pressupostos teóricos do interacionismo simbólico e das técnicas referidas na descrição do segundo tipo. Da mesma forma estariam aqui incluídos os estudos sobre um aspecto social particular como a estratificação ou a mobilidade social. 44

A segunda parte do presente trabalho trata, pois, de algumas técnicas adequadas à captação de informações características de cada uma das situações acima referidas. Complementar à documentação histórica, a dados agregados etc. que permitem a reconstituição de um fato único, situa-se a história oral, apta a fornecer subsídios dentro dos limites da dimensão contemporânea, vez que se baseia em depoimentos gravados de atores sociais que recorrem à sua experiência e memória para recompor fatos acontecidos no âmbito de sua temporalidade. A observação participante, a história de vida e a entrevista se prestam tanto a situações do segundo como do terceiro; dependendo da problemática definida pelo estudo, maior ênfase pode ser alocada a um ou a outro instrumento, embora, na maioria das vezes, os três sejam utilizados.

Considerando que a história oral adquiriu apenas recentemente o *status* da técnica dentro do método científico, sendo, além disso, subsidiária da entrevista e da história de vida, inverteremos a ordem da discussão, abordando em primeiro lugar a observação participante, que nos parece mais abrangente, para, em seguida, tratarmos da entrevista e da história de vida, deixando para o final a apresentação da história oral.

^{42.} Ou a "fenômenos únicos", como chama Boudon (1971:91).

^{43.} Cf. Boudon, 1971.

^{44.} Boudon, op. cit., se refere a tipos de métodos qualitativos, como da pesquisa das homologias estruturais, ou seja, da comparação entre componentes estruturais e a tentativa de estabelecimento de parentesco entre eles. O trabalho de Weber já citado e o de Toqueville (L'Ancien Régime) teriam percorrido as duas etapas que caracterizam o método das homologias estruturais: a) a constituição de tipos ideais e b) a pesquisa de correspondências estruturais entre estes tipos. A análise funcional na etnologia e na sociologia também é discutida e exemplificada como um método qualitativo que vem preencher a lacuna dos métodos quantitativos e históricos, incapazes de fornecer uma explicação para certos aspectos das sociedades modernas que demandam análise sociológica.

\mathbf{VI}

A observação participante

1 - Origens

O método ou técnica da observação participante tem sido visto por alguns como se originando na antropologia, a partir dos estudos e experiências de campo de Malinowski (Durham, 1978:47) e, por outros, como tendo sido iniciado pela Escola Sociológica de Chicago, na década de vinte (Douglas, 1973:86). Este aspecto, aparentemente sem relevância, vai explicar o surgimento de importantes concorrentes dentro da sociologia nos Estados Unidos, que concorreram concomitantemente com os estudos antropológicos das primeiras décadas do nosso século, especialmente na Inglaterra. Refiro-me ao interacionismo simbólico, à etnometodologia, ao dramaturgismo social, à teoria do rótulo, entre outras.

Os termos gerais "trabalho de campo", "pesquisa de campo", "estudo de campo" eram usados tanto por antropólogos, para se contrapor aos trabalhos que utilizavam o método comparativo dos "antropólogos de gabinete" (Radcliff Brown, 1980:196), como por sociológos americanos que reagiam à crescente influência da teoria funcionalista, na sociologia, que sofreu um vertiginoso crescimento no período compreendido entre as décadas de trinta e cinqüenta. As duas áreas, antropologia e socio-

logia, lançaram mão de técnicas semelhantes na abordagem do real, especialmente no valor que alocaram à participação do pesquisador no local pesquisado, e à necessidade de ver o mundo através dos olhos dos pesquisados. Parece-nos, entretanto, que existe uma diferença fundamental entre as duas disciplinas no que tange à razão da utilização da observação participante como técnica de coleta de dados. Enquanto a antropologia busca o "sentido das coisas" para melhor compreender o funcionamento de uma sociedade primitiva ou de um grupo humano, a sociologia – em sua vertente interacionista – fá-lo porque acredita que toda a organização societal está assentada nos "sentidos", nas "definições" e nas "ações" que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de "interação simbólica" do dia-a-dia. A sociedade quase que se confunde com a interação simbólica que representa seu próprio substrato.

A antropologia, nas suas origens, é subsidiária de Morgan, Spencer e Durkheim, antropólogos e sociólogos, preocupados com a classificação e análise funcional de estruturas sociais (Evans - Pritchard, 1980:225). 45 Já a corrente interacionista se desenvolveu através dos empréstimos que fez à psicologia social, de orientação fenomenológica, que abriu a porta dos Estados Unidos a Husserl (Bruyn, 1966:90). Logo, o interacionismo simbólico tem origem, mais na psicologia social que na própria sociologia, sendo posteriormente adaptado e desenvolvido, contribuindo com resultados relevantes para a compreensão e explicação da ação humana e da sociedade.

Considerando que nossa preocupação se dirige às correntes interacionistas na sociologia, não trataremos de desenrolar ulterior da observação participante, dentro da antropologia.

Dois grupos importantes cresceram na sociologia americana, dentro desta perspectiva, desenvolvendo estudos de natureza diferente: a) os sociólogos que faziam "trabalho de campo" concentrados nos estudos de comunidade e de pequenos grupos usando a observação participante; b) os interacionistas simbólicos que concebiam os "sentidos" das ações dos indivíduos e

^{45.} A antropologia lingüística também trata do "sentido", mas somente no que tange ao sentido dos termos ou semántica, e não do sentido da ação social.

grupos como problemáticos, também praticando a observação participante. Os primeiros eram associados com o tipo de "sociologia naturalista" que enfatizava o trabalho de campo e a observação direta. Estes estudos foram frutos da preocupação sociológica americana com o declínio das antigas formas de comunidade. A partir da década de cinqüenta a preocupação teórica deste grupo passou a ser "as organizações" que substituíram as comunidades como local onde os indivíduos viviam a maior parte do seu tempo (Douglas, 1973:88). Percebe-se aqui como a escolha dos objetos de estudos está estreitamente vinculada à problemática social, variando no tempo e no espaço. Em outras palavras, as preocupações sociológicas são de certa forma condicionadas pela realidade histórica na qual vive o sociólogo. Retornaremos a este ponto mais adiante.

Os interacionistas simbólicos, em razão da sua própria preocupação em descobrir o "sentido" que as coisas têm para a ação humana, julgavam que as técnicas convencionais não eram capazes de captar este sentido, acreditando ser a observação participante a mais apropriada para fazê-lo. Embora ambos os grupos tenham-na adotado, foi o primeiro que mais contribuiu para a discussão e sistematização da observação participante enquanto técnica de captação de dados, especialmente através da experiência de Whyte (1943). 47

Recentemente a expressão "trabalho de campo" passou a incluir não somente a observação participante como a entrevista, a história de vida e, às vezes, todo o processo metodológico de um estudo empírico.

2 - Definição e objeto

A observação participante não tem gozado de uma definição clara nas ciências sociais. Pode-se dintinguir, entretanto, diferenças básicas entre algumas concepções em termos de suas grandes linhas de abordagem. No intuito de evidenciar estas diferenças, propomo-nos a analisar as definições clássicas de observação participante, contidas em Eduard C. Lindeman, Florence Kluckhohn, Morris S. Schwartz e Charlotte Green Schwartz e, finalmente, Severyn T. Bruyn.

Conforme veremos a seguir, os dois primeiros exibem a convicção de que a observação participante se resume a uma importante técnica de coleta de dados, empreendida em situações especiais e cujo sucesso depende de certos requisitos que a distinguem das técnicas convencionais de coleta de dados, tais como o questionário e a entrevista. Schwartz e Schwartz concebem a observação participante não só como um instrumento de captação de dados mas, também, como instrumento de modificação do meio pesquisado, ou seja, de mudança social. Finalmente, Bruyn diverge dos seus antecessores por entender que a observação participante representa um processo de interação entre a teoria e métodos dirigidos pelo pesquisador na sua busca de conhecimento não só da "perspectiva humana" como da própria sociedade.

A seu ver, o requisito cardeal de uma ciência empírica é o respeito pela natureza do objeto pesquisado. Ao invés de aplicar à vida humana esquemas importados dos procedimentos científicos, ele enfatiza a necessidade de se reconhecer em primeira instância o caráter peculiar dos seres humanos, seu comportamento e sua vida em grupo. Para isto, é necessário que a própria metodologia que se pretende adotar na busca de conhecimento sobre o homem e sua vida seja informada por uma teoria sobre a própria natureza deste homem; uma metodologia que ajude na formulação das categorias subjetivas da teoria sociológica, como "justiça", "liberdade", "confiança", "comunidade" e "propósito", que são fundamentais para a natureza da sociedade e que não podem ser explicados através de categorias tais como "estrutu-

^{46.} Exemplo de estudo de comunidade é o magnifico trabalho dos Lynds: Lynd, R.S. and Lynd, H.H. *Middletown*. Nova Iorque, Harcourt, Brace, 1930. Dos mesmos autores *Middletown in Transition*. Nova Iorque, Brace, 1937. Exemplo de estudos de pequenos grupos é o, hoje, clássico *Street Corner Society* de William Foot Whyte. Chicago, University of Chicago Press, 1943.

^{47.} Ver um excerto de *Street Corner Society* (Appendix) p. 298-309 em Alba Zahar Guimarães (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*, sob o título Treinando a Observação Participante.

ra", "função", "ação", "sistema" e "expectativas de papéis" (Bruyn, 1966:8). 48

Passemos a examinar cada uma.

Segundo Bruyn (1966:13 nota 21) Florence Kluckhohn tem sido referida na literatura sobre observação participante como a primeira a ter utilizado o termo e a ter definido a regra de que o observador participante deve compartilhar nas atividades de vida e sentimento das pessoas em termos de relações face a face, regra derivada de seu trabalho de campo em uma vila mexicana. Ela descreve a observação participante como:

"...um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas". ⁴⁹

Entretanto, diz Bruyn, a utilização do conceito tem precedentes. Trata-se de Eduard C. Lindeman da Universidade de Columbia⁵⁰, provavelmente o primeiro americano a divisar e descrever o papel do observador em estudos científicos sobre grupos humanos:

"Para fins experimentais os observadores que cooperam têm sido chamados de 'observadores participantes'. O tempo implica não que os observadores estejam participando do estudo, mas que eles estão participando nas atividades do grupo sendo observado... Existem muito poucas pessoas disponíveis e aquelas que o são devem ser treinadas. Este treinamento contém suas próprias dificuldades. Deve o observador participante ser treinado para olhar exatamente os mesmos fatores que são vistos por um observador do lado de fora? Este método levaria inevitavelmente ao erro, pois o observador participante deve ser livre para ver muitas

coisas que um observador de fora jamais pode ver" (op. cit., p. 191).

Já em 1955 Morris S. Schwartz e Charlotte Green Schwartz⁵¹, a partir de um estudo em um hospital de doentes mentais, apresentaram uma sistematização da observação participante dentro de três perspectivas: 1) uma apresentação operacional do processo, na forma como ele é experienciado do ponto de vista do observador; 2) uma descrição das partes componentes do processo em termos das transações do observador no campo social que ele está observando; e 3) uma avaliação do instrumento humano e as conseqüências de sua utilização na coleta de dados. Dentro deste contexto, a observação participante é definida:

"Para nossos fins (não-grifo nosso), definimos a observação participante com um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto, sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação da pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integral da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela" (p. 19). 52

^{48.} Apesar de reconhecer a importante contribuição de Talcott Parsons para a compreensão da "ação social", Bruyn critica a ausência de uma metodología naquele autor, assim como a inadequação de certos conceitos por ele utilizados.

^{49.} Florence Kluckhohn. The Participant - Observer Technique in Small Comuninities. In *American Journal of Sociology*, 46, 1940, 331.

^{50.} Eduard C. Lindeman. Social Discovery: An Approach to the Study of Functional Groups. Nova Iorque, Republic Publishing Co. 1924.

^{51.} Morris S. Schwartz and Charlotte Green Schwartz. Problems in Participant Observation. *American Journal of Sociology* (1955) 60, 343-354 publicado novamente em McCall-Simmons. *Issues in Participant Observation, a Text and Reader*. Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1969, p. 89-104.

^{52.} É esta a definição usada por A. Cicourel em "Teoria e Método em Pesquisa de Campo" in A.Z. Guimarães (org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Capítulo II do livro *Method and Measurement in Sociology*. Nova Iorque, The Free Press, 1969, 6* ed. (do mesmo autor).

Percebe-se que cada definição⁵³ aqui examinada acrescenta um novo componente especificador à anterior. Enquanto Lindeman enfatiza a necessidade da presença constante do observador nas atividades do grupo pesquisado a fim de que ele possa "ver as coisas de dentro", Kluckhohn utiliza os termos compartilhar consciente e sistemático nas atividades do grupo e nos seus interesses e afetos, o que implica, em primeiro lugar, que a observação participante não se concretiza apenas através da participação do pesquisador, mas que essa participação deve significar um envolvimento maior do pesquisador, um compartilhar, não somente com as atividades externas do grupo, mas com os processos subjetivos - interesses e afetos - que se desenrolam na vida diária dos indivíduos e grupos. Neste sentido, notamos a semelhança entre o que sugere Kluckhohn e a concepção de Mead sobre a necessidade dos indivíduos (assim como de qualquer pesquisador) "assumirem o papel do outro" para poder atingir o sentido de suas ações. Desta forma, o compartilhar os aspectos subjetivos das ações das pessoas pesquisadas parecenos um requisito fundamental na compreensão da ação humana. Certamente que, em se tratando de um pesquisador que aceita os princípios convencionais do método científico, ele deve se esforçar por captar o dado com um mínimo de intervenção de sua parte, fazendo o possível para manter certa distância entre si mesmo e os pesquisados, daí por que este envolvimento sugerido por Kluckhohn acarreta riscos de obliteração de percepção por parte do observador e, obviamente, de vieses na interpretação dos dados. Voltaremos a este ponto mais adiante.

A definição de Schwartz e Schwartz, a mais completa, aceita não só a presença constante do observador no contexto observado como a interação face a face como pré-requisitos da observação participante, já constantes das definições anteriores. Estes autores incorporam, entretanto, quatro aspectos novos: a) o fato de que a observação participante tem como finalidade a coleta de dados; b) esclarecimentos sobre o papel do observador, que pode ser revelado ou encoberto, formal ou informal, parte integral ou periférica quanto à estrutura social; c) referências ao tempo necessário para que a observação se realize, o que pode acontecer tanto em um espaço de tempo curto como longo; d) chamam a atenção para o papel ativo do observador enquanto modificador do contexto e, ao mesmo tempo, como receptáculo de influências do mesmo contexto observado.

Enquanto os três primeiros pontos fornecem especificações novas sobre os procedimentos e características ligados à observação participante, o último, aparentemente, transgride o princípio da "objetividade" por admitir uma atuação ativa do observador no meio. Coloca-se aqui o problema da interferência inevitável do observador, pelo simples fato de ele representar alguém "de fora" - quando desempenha o papel de pesquisador revelado - e da interferência deliberada em instâncias, onde o pesquisador tem por objetivo, não somente a coleta de dados, mas também a modificação do meio, ou seja, a introdução de mudanças sociais no ambiente. Schwartz e Schwartz, ao distinguirem os papéis do "observador passivo" - aquele que interage com os observadores o mínimo possível - e do "observador ativo", que maximiza sua participação, no sentido de obter uma melhor qualidade dos dados, e integra seu papel com outros papéis dentro da situação social que observa participativamente, sugerem que a escolha de um ou de outro tipo depende da natureza dos dados desejados, embora tenham constatado que se o observador participante trabalha por um longo período na mesma situação, ele desenvolve a tendência de participar mais ativamente (1969:96-98).

Referindo-se ao "observador ativo" os autores esclarecem:

"Em nosso segundo caso de observação participante ativa, o observador, em seu papel formal de investigador, planeja

^{53.} Um outro exemplo de definição da observação participante muito referido na literatura especializada é a de Howard Becker e Blanche Geer (1969:322-331), e de McCall-Simmons (1969:1-5). "Por observação participante nós entendemos aquele método no qual o observador participa na vida diária das pessoas sob estudo, seja abertamente, no papel do pesquisador, seja de forma encoberta, através de um papel dissimulado, observando as coisas que acontecem ouvindo o que é falado e questionando as pessoas no espaço de algum tempo" (Becker e Geer).

[&]quot;... A observação participante é mais sensitivamente vista, operacionalmente, como um conjunto de métodos e técnicas que são caracteristicamente empregadas em estudos sobre situações sociais ou organizações sociais complexas de qualquer tipo. ... Nós vemos a observação participante, não como um método único, mas como um tipo de empreendimento de pesquisa, um estilo de combinação de vários métodos dirigidos a um fim particular" (McCall-Simmons).

intervenções na estrutura social... com o propósito de desenvolver um ambiente mais terapêutico. Ele tenta desenvolver uma base empírica para introduzir mudança social (não-grifo nosso) na estrutura social". 54

Pelo exposto, constata-se que os autores não vêem incompatibilidade entre "objetividade" e "intervenção", ao contrário, a natureza e qualidade dos dados se aperfeiçoam quando o pesquisador desempenha um papel ativo na modificação de certas condições do meio, em benefício dos observados. Suspeitamos que podemos encontrar na definição de Schwartz e Schwartz afinidades com a *pesquisa-ação* e *pesquisa-participante*, que discutiremos na terceira parte deste trabalho.

Finalmente, Bruyn (1966:12) encara diferentemente a observação participante:

"Para nossos fins (não-grifo nosso), examinaremos a observação participante como uma metododologia, isto é, em termos de seus princípios e sua filosofia, como uma orientação básica para o estudo da sociedade humana".

Desta forma, o autor amplia a concepção da observação participante, que ao invés de ser vista como uma simples técnica de coleta de dados, como nas citações anteriores, passa a ter uma vinculação estreita com a teoria que direciona a própria prática da observação participante, fundamentando-a e justificando-a como a melhor forma de captar o sentido encoberto da ação humana bem dentro da tradição de Mead, Cooley, Thomas e Znaniecki e, por que não dizer, de Weber. Esta concepção envolve também o pressuposto de que a sociedade é construída a partir do processo interativo de indivíduos e grupos que agem em função dos sentidos que o seu mundo circundante representa para eles. Ela se baseia, pois, em um princípio sobre a própria natureza do homem e da sociedade. Esta perspectiva se opõe frontalmente àquelas que concebem a ação social como uma conseqüência de fatores estruturais atuantes sobre o indivíduo e

54. Os autores desenvolvem seu trabalho em um hospital de doenças mentais.

que, consequentemente, descartam ou minimizam o papel do homem na história, ou seja, a liberdade humana.⁵⁵

Bruyn continua, pois, a exposição de sua perspectiva sobre a observação participante, definindo o que chama de "axiomas" e "corolários" relacionados com o papel do observador participante:

"Axioma 1: O observador participante compartilha da vida ativa e dos sentimentos das pessoas em termos de relações face a face.

Corolário: o papel do observador participante requer ao mesmo tempo desprendimento e envolvimento pessoal.

Axioma 2: O observador participante é uma parte normal da cultura e da vida das pessoas sob observação.

Corolário: o papel científico do observador participante é interdependente com seu papel social na cultura do observado.

Axioma 3: O papel do observador participante reflete o processo social de vida em sociedade" (p. 13-20).

O autor evidencia, assim, a importância que aloca ao papel do observador participante, insistindo que ele representa o cerne da metodologia nas Ciências Sociais (p. 22).

À proporção que a observação participante se torna uma técnica crescentemente adotada por cientistas sociais em suas pesquisas, também gradualmente foram sendo evidenciados não só os problemas que sua utilização desencadeava, como também suas vantagens como instrumento capaz de captar certos tipos de informação. Foi assim que a Escola de Chicago, com cientistas sociais de outras orientações, dentro de uma dialética entre o ideal teórico do método científico e a prática possível de sua utilização, desenvolveram uma crítica interna que levou à sistematização de cada um dos passos da observação participante, sempre respeitando o princípio do rigor científico. Além desta crítica interna, também a crítica externa, oriunda dos aspectos

^{55.} A. GIDDENS comenta a este respeito: "A história não é recuperada como um projeto humano; mas ela também não é compreensível senão como um produto de projetos humanos" (p. 171) ("History is not retrievable as a human project, but neither is it compreensible except as the outcome of human projects").

dos adeptos de correntes quantitativas, contribuiu para o seu aperfeiçoamento.

É importante enfatizar que não foi a observação participante a responsável pelos importantes estudos que a utilizaram, mas, ao contrário, foram as problemáticas oferecidas pelos estudos que geraram a necessidade de sua utilização. A técnica surgiu da natureza do problema. Não fosse o surto de problemas sociais nos Estados Unidos nas décadas de 20 e 30 ou, talvez, melhor dizendo, o surto de conscientização de problemas – por parte não só dos cientistas sociais como, algumas vezes, por parte do próprio Estado – tais como delinqüência juvenil, prostituição e crime, e outros, a técnica da Observação Participante não teria florescido e não teria causado o impacto que causou ao desvendar aspectos da estrutura social e de sua dinâmica, levando à reformulação e criação de novos conceitos para explicar a realidade social.

Pode-se dizer que as preocupações do método científico convencional com a neutralidade e objetividade por parte do pesquisador, a validade e credibilidade dos dados, os níveis de qualidade dos resultados, os tipos de vieses introduzidos pelo pesquisador e pelos instrumentos de coleta etc. eram comuns para aqueles que praticavam tanto a metodologia quantitativa quanto a qualitativa, embora, na maioria das vezes, fosse constatada uma enorme distância entre o ideal e a prática científica. O reconhecimento da inevitabilidade de interferência da ideologia de classe do pesquisador, por exemplo, não deveria impedir que se buscasse a neutralidade e a objetividade.

O calcanhar de Aquiles da observação participante, entretanto, parece situar-se, principalmente: a) na relação observador/observados e na ameaça constante de obliteração da percepção do primeiro em conseqüência do seu envolvimento na situação pesquisada, envolvimento este inerente à própria técnica, que lhe confere a natureza que a distingue de outras técnicas; b) na impossibilidade de generalização dos resultados; por ser uma técnica que busca mais os sentidos do que as aparências das ações humanas ela coloca seus próprios limites; por exemplo, não pode pretender a abrangência do "survey" embora o supere em termos de profundidade dos dados. Sua força é, também, sua fraqueza...

Tendo a observação participante adquirido *status* científico a despeito de não preencher certas normas, como a da generalização, coloca-se a questão de saber se outros postulados do método científico poderão ser violados por outras técnicas sem que a própria natureza científica do método seja ameaçada.

Outra questão seria saber até que ponto o respeito ao método estaria coagindo a emergência de outros tipos de conhecimentos, convencionalmente não incluídos no seu domínio. No âmago destas questões, situa-se uma outra bem mais profunda, que coloca dúvidas não mais sobre a natureza da ciência, mas sobre sua finalidade. Se aceitarmos o suposto de que o sentido da ciência reside no benefício que ela aporta ao homem, questionar este benefício significa, em consegüência, questionar o método. Como sair, então, deste impasse? Seria um retorno aos ditames do senso comum? Ou o abandono do método como propõe Feyerabend?⁵⁶ Ou, ainda, a adoção de uma outra via que leva mais rápido e eficientemente o conhecimento ao homem em circunstâncias especiais que propicie sua ação afetiva, na transformação de suas condições de vida? Mas não estaríamos assim falando de ação política e não mais de ciência ou de método? Onde situar as fronteiras entre ciência e política? Será a vida do homem composta de compartimentos estanques que a própria ciência lhe impôs? Deve toda a ciência ser questionada em termos de sua finalidade ou somente aquela que trata do homem? E se assim for, qual dos aspectos da vida do homem deve eliminar a ciência ou relativizá-la? Estas questões não serão respondidas aqui, mesmo porque não temos as respostas.

Finalmente, a observação participante pode ser considerada como a técnica de captação de dados menos estruturada nas ciências sociais.

Ela não supõe nenhum instrumento específico para direcionar a observação, tal como um questionário ou um roteiro de entrevista, e, por esta razão, a responsabilidade e seu sucesso pesa quase que inteiramente sobre os ombros do observador salvo, obviamente, naqueles aspectos que são fontes de vieses e que emanam do exterior, ou seja, da própria situação da obser-

^{56.} FEYERABEND, Against Method. Londres, NLB, 1975.

vação (inibições provocadas pela presença de um estranho ao meio, o pesquisador, por exemplo). Por causa de sua extrema flexibilidade, ela é ameaçada constantemente por fatores de contaminação que podem provocar distorções dos próprios dados adquiridos, levando a interpretações errôneas sobre o fenômeno estudado. Alguns destes fatores externos são: 1) o viés sociocultural do observador, ou seja, o viés de partilhar a perspectiva e valores de sua própria cultura de seu tempo e de seu meio com o desempenho do papel de pesquisador; 2) o viés profissional/ideológico, que induz à seletividade da observação, dependendo do quadro de referência ou do tipo de treinamento recebido pelo pesquisador; 3) o viés interpessoal do observador que moldará, a partir de suas emoções, defesas etc., o que ele "verá" como significativo e a maneira como ele perceberá a interação humana; 4) o viés emocional do observador com relação às próprias necessidades como pesquisador; em outras palavras, a necessidade de confirmar suas hipóteses, de "estar certo", pode levá-lo a forçar uma "adequação" do real a suas teorias prévias sobre o fenômeno; 5) o seu viés normativo acerca da natureza do comportamento humano pode conduzi-lo a juízos de valor que prejudicarão não só sua coleta de dados como sua análise e interpretação.

Não foi nosso propósito discorrer sobre os procedimentos práticos da observação participante, mas apenas distinguir sua natureza para tornar possível certas comparações entre as diferentes técnicas que discutiremos ao longo deste trabalho. Neste momento, outros pontos serão elucidados. Estas outras técnicas são a história de vida, a entrevista e a história oral. A nascente pesquisa participante pode servir também como um bom exemplo dentro destas preocupações. Trataremos deste aspecto oportunamente.

VII

A história de vida

1 – Origem e desenvolvimento da história de vida e suas funções

A nosso ver a história de vida pode ser enfocada, pelo menos, dentro de duas perspectivas. A primeira, a mais usual, é tratá-la como documento e, a segunda, como técnica de captação de dados. Tentaremos, neste capítulo, dar os dois tratamentos de forma sucinta, uma vez que os dois estão intimamente relacionados. Para este fim, desmembraremos nossa discussão em três segmentos: a) origens e desenvolvimento, b) história de vida e suas funções, c) a utilização da história de vida no Brasil.

Na introdução à edição de 1966 do clássico de Clifford Shaw, *The Jack Roller*, Howard Becker traça as origens da utilização da história de vida na sociologia americana ao mesmo tempo que tenta responder a questão: Quais são algumas das funções que podem ser desempenhadas com utilidade pelo documento de história de vida?

Antes de nos determos nas funções, passemos às origens. Segundo Becker, a primeira obra publicada que utilizou a história de vida sociológica foi a de Thomas e Znaniecki⁵⁷, em 1927, seguida de uma série de Clifford Shaw e outros.⁵⁸

Becker enfatiza que a história de vida não representa nem dados convencionais da ciência social - embora partilhe algumas de suas características por contribuir para a formulação de uma teoria sociológica geral -, nem é uma autobiografia convencional - novamente assemelhando-se a ela na sua forma narrativa, do ponto de vista pessoal e na sua instância subjetiva. Também não é ficção. A história de vida se diferencia daquelas não só em termos da perspectiva adotada para o desenvolvimento do trabalho, assim como nos métodos utilizados. A ficção não respeita os fatos, nem a fidelidade ao mundo existente; a autobiografia, na maioria das vezes, representa um material seletivo que o autor exibe no sentido de apresentar aos outros uma imagem de si mesmo da forma como ele prefere. Já a história de vida atende mais aos propósitos do pesquisador que do autor e está preocupada com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo. Neste sentido o pesquisador deve tomar certas medidas para assegurar que o ator social⁵⁹ cubra todas as informações de que ele necessita, que nenhum fato seja omitido, que as informações recebidas sejam checadas com outras evidências e, finalmente, que as interpretações do autor sejam honestamente fornecidas. O sociólogo mantém-no orientado para as questões sociológicas nas quais está interessado, interroga sobre fatos que requerem esclarecimentos, tenta confrontar a história contada com outros tipos de material, como relatórios oficiais e outros fornecidos por pessoas familiarizadas com o ator, com os fatos e com os lugares descritos. Assim fazendo, o investigador torna o seu jogo honesto. Embora o trabalho seja apresentado a partir de seu enfoque, ele enfatiza o valor da perspectiva do ator por aceitar que a compreensão do comportamento de alguém só é possível quando este comportamento é visto sob o ponto de vista do ator. Como vemos, a história de vida na sua origem é claramente subsidiária do interacionismo simbólico de Mead em termos teóricos e de Thomas e Znaniecki em termos práticos.

Becker, ao descrever os estudos da Escola de Chicago da década de 20, chama a atenção para a heterogeneidade das fontes de informação e dos tipos de dados utilizados em diferentes trabalhos e que eram confrontados uns com os outros na busca de maior evidência possível. Segundo ele, somente considerando-se o empreendimento total da escola de Chicago pode-se avaliar sua contribuição:

"Nós não podemos esperar que em um programa de pesquisa amplo e diferenciado cada peça de trabalho nos forneça todas as respostas, ou mesmo todas as respostas de cada um. O que deve ser julgado é o empreendimento total em todas as suas partes ... não existem até hoje critérios para determinar quanto uma peça de mosaico contribui para as conclusões que são garantidas pela consideração do todo, mas estes são exatamente os critérios que são necessários".

Na ausência de tais critérios, ele se propõe a fazer uma "apreciação simpatética" de algumas das funções que podem ser desempenhadas pela história de vida enquanto documento. Tomamos a liberdade de abstrair a singularidade do exemplo tomado de *The Jack Roller*, tentando apontar para o caráter mais generalizante de cada função:

1. A história de vida serve como ponto de referência para avaliar teorias que tratam do mesmo problema para cujo propósito as informações foram tomadas. Isto não significa que os resultados obtidos da análise daquela vida em particular tenham um caráter generalizante, mas que ela pode significar um caso negativo que eventualmente colocará sob suspeita a teoria em questão, levando a novos estudos.

2. A história de vida também nos ajuda em áreas de pesquisa que tratam dela apenas tangencialmente. Exemplos de áreas de pesquisa afins à delinqüência juvenil seriam relacionadas com a

^{57.} W.I. Thomas e Florian Znaniecki. *The Polish Peasant in Europe and America*, 2ª ed., Nova Iorque, 1927. Entretanto, outra referência (Bogdan, 1972:2) situa a data da publicação desta obra entre 1918 e 1920 por tratar-se de cinco volumes.

^{58.} Clifford A. Shaw. *The Natural History of a Delinquent Career*. Chicago, University of Chicago Press, 1931; e *Brothers in Crime*. Chicago, University of Chicago Press, 1936; Chic Conwell e Edwin H. Sutherland. *The Professional Thief*. Chicago, University of Chicago Press, 1937; Helen McGill Hughes (ed.). *The Fantastic Lodge*. Boston, 1961; Henry Williamson. *Hustler*. Editado por R. Lincohn Keiser, Garden City, Nova Jorque, 1965.

^{59.} O termo entrevistado é às vezes usado na falta de um melhor. Não deve, entretanto, ser confundido com aquele que simplesmente responde às questões de uma entrevista. Utilizamos o termo "ator social" para distinguí-lo daquele.

cidade, a família, a escola. Ela pode servir de base sobre a qual as suposições podem ser feitas realisticamente, aproximando a direção onde a verdade se situa.

3. A história de vida pode ser particularmente útil em fornecer-nos palpites (insights) sob o lado subjetivo de muitos estudos, no que diz respeito aos processos institucionais sobre os quais suposições não verificadas são muitas vezes elaboradas. Embora as teorias digam respeito mais à ação institucional⁶⁰ que à experiência individual dentro destes processos, esta última é de certa forma considerada. Estas teorias, em última instância, levantam questões sobre a natureza da experiência individual.

4. A história de vida, em virtude de sua riqueza de detalhes, pode ser importante naqueles momentos em que uma área de estudo torna-se estagnante por ter exaurido a busca de novas variáveis sem conseguir, com isto, incrementos de conhecimento. A história de vida pode sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área.

5. Por trás destas contribuições específicas que a história de vida é capaz de fornecer, jaz uma outra que é fundamental: ela pode, mais do que qualquer técnica, exceto talvez a observação participante, dar sentido à noção de "processo". Apesar dos sociólogos frequentemente se utilizarem deste conceito, raramente usam os métodos necessários para captar o "processo em movimento" de que tanto falam. Este "processo em movimento" é observável, mas não facilmente. Ele requer uma compreensão íntima da vida dos outros, assim como uma técnica, como a história de vida, que nos fornece uma riqueza de detalhes sobre referido processo, cujo caráter só seríamos capazes de especular na ausência de uma técnica adequada. Para a sociologia, é fundamental que as questões sobre determinados problemas sociais, como delinquência, crime, droga, prostituição (e, se pudéssemos, introduziríamos a corrupção, o roubo e outros), sejam levantadas do ponto de vista do delinquente, do criminoso, do corrupto ou do ladrão, para que, assim, conheçamos suas táticas, suas suposições, seu mundo e os constrangimentos e as pressões aos quais estão sujeitos.

Lamentavelmente, a utilização da história de vida nos Estados Unidos decaiu em consequência de vários fatores, diz Becker (p. XVI): a) os sociólogos tornaram-se mais preocupados com a teoria abstrata e, correspondentemente, menos interessados em um relato completo e detalhado de organizações específicas e de comunidades; b) eles procuravam dados formulados em termo das categorias abstratas de suas próprias teorias, e não em termos daquelas categorias que pareciam mais relevantes para a população estudada. Como a história de vida era mais adequada e a este último tipo, ela foi relegada a segundo plano; c) os sociólogos iniciaram a separação entre o campo da psicologia social e da sociologia propriamente dita, criando duas disciplinas, ao invés de duas ênfases dentro do mesmo campo; d) talvez a principal razão para o uso tão infrequente desta técnica se situe no fato dela não produzir o tipo de resultados que os sociólogos esperavam. Com a profissionalização da sociologia, o "estudo único" (single study)⁶¹ passa a ser adotado nas universidades como ideal do trabalho científico, na maioria das vezes baseado no modelo de experimento controlado. Considerando que a história de vida não produz resultados definitivos que aqueles critérios exigem, ela foi desprezada como uma técnica na qual não valia a pena investir tempo e esforço.

2 - A utilização da história de vida no Brasil

É importante, aqui, que façamos uma análise do caso brasileiro para que possamos situar a história de vida dentro do contexto de nossa prática científica. Primeiramente, a história de vida nunca gozou do prestígio que usufruiu no caso dos Estados Unidos. Esta afirmação é inferida de dois indicadores que nos

^{60.} Para Mead e Blumer, conforme já vimos, não faz o menor sentido falar de ação institucional uma vez que, para eles, os macroprocessos são formados pela ação individual.

^{61.} O tipo de projeto de pesquisa concebido como auto-suficiente e autônomo apresenta toda a evidência necessária para se aceitar ou rejeitar as conclusões apresentadas e cujos resultados devem ser usados como um tijolo a mais na construção do grande muro da ciência. O estudo único está integrado no corpo do conhecimento da seguinte forma: ele deriva suas hipóteses através da inspeção do que já é conhecido; depois de terminada a pesquisa, se as hipóteses forem comprovadas, elas se juntarão ao corpo científico e servirão como base para futuros estudos. O ponto importante é que as hipóteses são testadas em um único estudo. Becker: 1966:CVII.

parecem significativos: a) sua utilização dentro da produção científica na sociologia brasileira; b) a natureza dos livros sobre metodologia da pesquisa publicados.

No primeiro caso pode-se constatar que no período clássico da sociologia brasileira, ou seja, nas suas origens que remontam, quando muito, à década de cinqüenta, os nomes representativos desta época pautavam-se mais pelos cânones positivistas, embora em um segundo momento tenham reformulado suas convicções teóricas e aderido à perspectiva marxista de análise da realidade.⁶²

É certo que a história de vida era uma técnica usual de coleta de dados, mesmo posteriormente, nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues, entre outros. O que diferencia seu uso nos Estados Unidos e no Brasil era, e ainda é hoje, o fato dela ser usada aqui apenas como técnica subsidiária, enquanto lá a história de vida representava o principal instrumento, dando origem a importantes monografias, conforme já referimos anteriormente.

Quanto ao segundo aspecto - a natureza dos livros de metodologia publicados no Brasil - é ainda mais evidente a inexistência de manuais específicos sobre metodologias qualitativas. Predominavam as traduções estrangeiras, sobretudo americana, dentro de uma perspectiva nitidamente quantitativista onde a pesquisa do tipo survey é privilegiada. O que observamos sobre a história de vida também é válido para a observação participante, talvez mais ignorada no Brasil. Vale ressaltar, entretanto, algumas modificações ocorridas no final da década de setenta e, sobretudo, início da década de oitenta, referentes à publicação de alguns livros de metodologia de pesquisa: a) originários da área de psicologia of mas muito utilizados na sociologia - na falta

de outros; b) de cunho antropológico 65; c) mais especificamente dirigidos à pesquisa na sociologia. Enquanto os tipos a) e b) apresentam as características convencionais da pesquisa, os últimos são mais inovadores e criativos 66, além de alguns deles serem de cunho nitidamente crítico. 67

Finalmente, vale salientar a produção científica do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas⁶⁸ que vem desenvolvendo um esforço significativo no sentido de situar a história oral dentro das técnicas qualitativas de coleta de dados, apontando suas especificidades e limitações e, especialmente, valorizando sua utilização no campo de reconstituição histórica das elites políticas brasileiras.⁶⁹

Trataremos da perspectiva metodológica crítica assim como da história oral em capítulos específicos a seguir.

^{62.} Cf. os textos de Florestan Fernandes e Roger Bastide, de Octavio Ianni, de Sedi Hirano e outros in Sedi Hirano (org.), *Pesquisa Social, Projeto e Planejamento*. S. Paulo, BBCS, 1979.

^{63.} Citaremos, como exemplo, algunas das publicações mais usadas no Brasil, décadas atrás: Selltiz et alii (1965), Ackoff (1967), Pierson (1962), Goode W.J. e Hatt, P.K. (1969), Boudon (1971), Kaplan (1975), Phillips (1974), Kauffman (1977), Mann (1975).

^{64.} Cf. Marinho (1980) e Rudio (1983).

^{65.} Cf. Guimarães (1980), uma bem montada coletânea de textos de autores estrangeiros, e Durham (1978), uma importante monografía sobre Malinowski e seu método.

^{66.} Cf. Nunes (1978) e Hirano (1979), coletâneas de textos metodológicos de cientistas sociais brasileiros, com importantes discussões sobre as peculiaridades, limitações e adaptações das várias técnicas às condições brasileiras. Demo (1980), mais preocupado com os aspectos epistemológicos da pesquisa social, oferece importantes contribuições.

^{67.} Cf. Thiollent (1980), um misto de discussão crítica das técnicas de coleta de dados convencionais – especialmente o questionário e a entrevista – e de coletânea de textos de autores franceses e italianos; Brandão (1983 e 1985), também coletâneas de textos que pretendem oferecer uma alternativa aos métodos convencionais, consubstanciados no que o próprio título sugere: pesquisa participante; Fundação Carlos Chagas (1980) crítica especificamente as metodologias quantitativas; Barbier (1985) sobre pesquisa-ação no âmbito da instituição e, novamente, Thiollent (1985) que apresenta os princípios básicos de pesquisa-ação da forma mais sistematizada que as outras publicações.

^{68.} Cf. Camargo (1977, 1978, 1982).

^{69.} Cf. Camargo e Goes (1981); é exemplo de produção centrada em estudos biográficos. Ver também Bosi (1979) que reconstrói parte da história de S. Paulo a partir da história de vida de oito autores das mais variadas origens.

VIII

A entrevista

A entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. As informações são obtidas através de um *roteiro* de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida. O processo de interação contém quatro componentes que devem ser explicitados, enfatizando-se suas vantagens, desvantagens e limitações. São eles: a) o entrevistador; b) o entrevistado; c) a situação da entrevista; d) o instrumento de captação de dados, ou roteiro de entrevista.

A problematização destes componentes é necessária para que se conheça as virtualidades do dado que é obtido através deste processo e se possa, ao mesmo tempo, minimizar as possibilidades de desvio através de mecanismos de controle que poderão ser impostos aos elementos que constituem a entrevista, acima referidos. Embora, para fins heurísticos, procedamos a esta compartimentalização, deve-se ter em mente que nenhum dos elementos "faz sentido" separado da totalidade. Cada um está "em relação" a um outro. Por outro lado, enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos

quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real original. Aqui, alguns pontos merecem esclarecimento. O fato de não crermos que a ciência tenha sido historicamente neutra não nos convence de que a objetividade como um ideal não deva ser perseguida. Segundo, estamos cônscios de que a objetividade é um ideal inatingível mas que, mesmo assim, o cientista deve tentar a aproximação. Terceiro, também não acreditamos que o real possa ser captado "como num espelho", ao contrário, assumimos a postura relativista, de cunho weberiano, de que fazemos "leituras" do real. Esta postura, entretanto, não nos exime de dedicar atenção a todas as possíveis limitações inerentes ao método científico nas ciências sociais porque nos parece que é a partir da aceitação de cada limite do método que o cientista social pode ter condição, também, de entender os limites do dado que ele colhe do real. Endossamos a afirmação de Myrdal: "Não existe outra forma para excluir os vieses nas ciências sociais do que enfrentar as valorações introduzindo as premissas valorativas de forma explícita, específica e concreta". Segue-se daí que o viés é um fenômeno universal e que é tarefa do pesquisador conhecê-lo em todas as suas nuanças para poder prevenir - quando for possível - sua ocorrência.

Na entrevista, a fonte de viés se localiza tanto nos fatores externos ao observador, tais como o próprio roteiro e o informante ou entrevistado⁷¹, como na situação interacional entre entrevistador e entrevistado, acrescidos dos vieses já mencionados⁷² e que se originam na pessoa do pesquisador. Estes últimos, é claro, irão influir na forma e no conteúdo da entrevista,

^{70.} GUNNAR MYRDAL. An American Dilemma. Nova Iorque, Harper and Bros, 1944:1043. Citado por Schwartz e Schwartz, 1969:103.

^{71.} Zelditch, Jr. (1969:9) prefere distinguir entre o imformante e o entrevistado. O primeiro seria aquele que presta informações presumidamente corretas sobre outros ao invés de si mesmo e cujas informações acerca dos acontecimentos são informações sobre acontecimentos dos quais não participou. Já o entrevistado fala sobre si mesmo. A entrevista durante a observação participante é considerada como sendo sua parte.

^{72.} Deixamos de comentar os aspectos técnicos da construção de questões (perguntas duplas, induzidas, ambíguas, incompreensíveis para a população estudada, indiscretas etc.) por julgarmos que eles já foram suficientemente discutidos nos manuais convencionais sobre a pesquisa social.

exercendo ora o papel de coator seletivo, ora o de coator omitivo na construção do instrumento formal de captação de dados, o roteiro de entrevista.⁷³

Com relação às fontes de vieses oriundos do informante, é preciso distinguir entre as informações de caráter subjetivo e aquelas de caráter objetivo emitidas por ele ao longo de uma entrevista. Ambas são igualmente importantes para o pesquisador, embora ele deva ter sempre em mente que "as afirmações do informante representam meramente sua percepção, filtrada e modificada por suas reações cognitivas e emocionais e relatadas através de sua capacidade pessoal de verbalização" (Dean, J.P. e Whyte, W.F., 1969:105-6). Ou seja, temos que reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a "realidade objetiva", ou factual.

As afirmações de natureza subjetiva estão sempre imersas em reações que devem ser levadas em conta: o estado emocional do informante, suas opiniões, suas atitudes, seus valores que devem ser confrontadas ou complementadas com comportamentos passados e expressões não-verbais, igualmente. A constatação de afirmações conflitantes não deve levar o pesquisador a considerar o depoimento inválido, vez que estas mesmas contradições podem levar a importantes descobertas. As pessoas nem sempre exibem um comportamento racional em suas atividades diárias e por esta razão o pesquisador não pode exigi-lo do informante em uma situação de entrevista.

Outro ponto a considerar na interpretação de dados subjetivos refere-se ao fato de que o informante, nesta circunstância, está transmitindo sentimentos ou atitudes relacionados com o passado, e não sentimentos presentes. Como podemos então nos prevenir contra determinados fatores que podem influenciar uma situação de entrevista? A primeira e melhor forma é conhecer estes fatores. A literatura especializada (Dean, J.P. e Whyte, W.F., 1969; Angyris, 1969; McCall, 1969) apontam alguns que discutiremos a seguir.

73. Cf. Capítulo sobre observação participante.

Como vimos, inúmeros são os fatores que representam fontes potenciais de contaminação ou distorção, tanto na observação participante como na entrevista na história de vida e na história oral. The Entretanto, o ponto-chave no controle de qualidade dos dados em todos os casos situa-se no uso sistemático de dados de outras fontes relacionadas com o fato observado a fim de que se possa analisar a consistência das informações e sua validade.

Os aspectos que podem interferir na qualidade dos dados por parte do informante podem ser relacionados com: a) motivos ulteriores, ou seja, quando ele pensa que suas respostas podem influenciar positivamente sua situação futura (dentro de uma fábrica ou de uma organização, por exemplo); b) quebra de espontaneidade, como a presença de outras pessoas por ocasião da entrevista ou inibições ocasionadas por certas características do entrevistador, como sexo, raça, educação ou classe social (fatores reativos); c) desejo de agradar o pesquisador, especialmente quando ele percebe suas orientações ou posicionamentos; d) fatores idiossincráticos tais como fatos ocorridos no intervalo entre as entrevistas⁷⁵ que eventualmente alteram a atitude do entrevistado com relação ao fenômeno observado. Por outro lado, faz-se necessário considerar que o informante é também um observador, no sentido de que ele relata aquilo que viu ou sentiu ao longo de sua experiência. Assim sendo, ele também

^{74.} Thiollent (1980:35) distingue vários tipos de entrevista: "a) a entrevista dirigida ou padronizada, que consiste na aplicação de um questionário predeterminado com uma maioria de perguntas fechadas e sem nenhum papel ativo do entrevistador; b) a entrevista semi-estruturada, aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas; c) a entrevista centrada (focused interview) na qual, dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente a sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado; d) a entrevista não-diretiva, ou entrevista aprofundada, na qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador, e) a entrevista clínica, eventualmente conduzida de maneira não-diretiva cuja especificidade está na sua orientação em função do objetivo da interpretação sociopsicológica da situação ou da personalidade dos sujeitos através de suas verbalizações". A discussão que aqui empreendemos exclui tanto os tipos a) e b), por preferirmos chamá-los de questionários, ao invés de entrevista, já que eles possuem especificidades que facilmente os distinguem da entrevista, como a inatividade do entrevistador, e o tipo e) por considerá-lo mais típico de estudos psicológicos e psiquiátricos, embora ele se assemelhe àquele do tipo d) (não-diretiva) em termos das possíveis fontes de vieses, tanto por parte do entrevistador, do entrevistado, como da própria situação interativa entre os dois.

^{75.} Referimo-nos aqui à entrevista de longa duração onde os encontros acontecem com intervalos de dias ou semanas, caso muito comum na história oral.

está sujeito a falhas de observação que podemos incluir dentro dos aspectos aqui descutidos; e) *conhecimento* sobre o assunto da entrevista⁷⁶, habilidade de relatar os eventos, que pode estar relacionada tanto à capacidade de lembrar (memória) os fatos passados, como à fluência ou facilidade de expressão.⁷⁷

Além das possíveis "falhas por cometimento", temos que considerar aquelas "falhas de omissão" (McCall, 1969:135), passíveis de ser cometidas tanto pelo pesquisador (na observação participante) como pelo informante (na entrevista). Ambos podem praticar omissão de dados por falha de percepção ou mesmo pelas razões já discutidas.

A descoberta de lacunas ou omissões, especialmente na entrevista, só se evidencia mediante a comparação *entre* as entrevistas.

Além dos aspectos abordados acima, devemos estar atentos para a própria situação da entrevista e para a situação peculiar do entrevistado que também pode influenciar a natureza das informações prestadas. Argyris (1969:115) apresenta algumas especificidades da situação da entrevista que podem levar os entrevistados a um estado de nervosismo e ansiedade:⁷⁸

- 1) As entrevistas representam situações psicológicas novas para o entrevistado. Como tal, ele não percebe bem seus objetivos nem sabe bem como se comportar;
- 2) embora conhecendo os mecanismos de uma entrevista, alguns entrevistados não gostam da natureza autoritária do rela-

76. Chamamos a atenção para a importância da identificação de um "bom informante", nos trabalhos de campo, aquele que conhece tudo e se dispõe a falar. Para uma caracterização dos diversos tipos de informante, ver Cicourel, 1980:113).

77. Por exemplo, em entrevistas temáticas em história oral: em entrevistas sobre a situação de um bairro, de uma comunidade, de um sindicato ou partido. Lembramos que muitos questionários ou roteiros de entrevista apresentam questões que o entrevistado não tem condições de responder, o que pode levá-lo a falsear os dados, e, obviamente, a interpretação do fenômeno estudado.

78. Percebe-se que esta caracterização retrata muito bem situações de pesquisa junto à classe trabalhadora, comunidades de bairro, enfim, aquelas pesquisas muito comuns junto aos que não reconhecem ainda seu direito de não serem entrevistados. Por outro lado, há exemplo de individuos que se sentem orgulhosos e vaidosos em prestarem seus depoimentos, não só nas classes baixas como altas, conforme constatamos em entrevistas de história oral com lideranças políticas.

cionamento entre ele e o entrevistador, pois se sentem de alguma forma subjugados;

- 3) outros entrevistados, especialmente aqueles que fazem parte de organizações como comunidades, sindicato etc. percebem a entrevista como uma armadilha para "fazê-los falar" sobre coisas ou pessoas, o que pode comprometê-los;
- 4) os pesquisadores, na maioria vinculados a universidades, são muitas vezes percebidos como indivíduos sofisticados e de alta educação, o que pode criar uma reação de defesa por parte dos entrevistados. Dependendo do tipo de percepção, os entrevistados podem recorrer a mecanismos de defesa, tais como: colaboração aparente, recusa em responder, silêncios ostensivos, desvios no direcionamento da entrevista, "esquecimento" protetivo, ou mesmo preparando-se de antemão para a entrevista através de informações colhidas junto a outros entrevistados anteriormente.

A observação participante como a entrevista, a história de vida e a história oral são, pois, técnicas de coleta de dados que trazem em si limitações sobre as quais o pesquisador deve estar atento a fim de evitá-las quando for possível e de aceitá-las quando inevitáveis, embora consciente das distorções que podem provocar.

IX

A história oral⁷⁹

1 - Características e limitações

A utilização da técnica de história oral na produção de documentos históricos é relativamente recente, embora tenha tomado um vigoroso impulso na década de sessenta nos Estados Unidos.

Ao contrário de outros instrumentos de coleta de dados usados nas ciências humanas, tais como a observação participante, a história de vida e a entrevista, a história oral exibe uma complexidade bem maior que dificulta sua definição clara, precisa. Por esta razão, é mais fácil descrevê-la que defini-la. Em termos gerais poder-se-ia dizer que tudo que é "ORAL", gravado e preservado pode ser considerado história oral. Neste sentido, os discursos, as conversas telefônicas, as conferências ou qualquer outro tipo de comunicação humana que pode ser gravada, transcrita e preservada como fonte primária para uso futuro da comunidade científica estaria dentro do rótulo da HO. O sentido

79. Este capítulo foi baseado: a) em William W. Moss, *Oral History Program Manual*. Nova Iorque, Praeger Publishers, 1974; b) nas publicações do CPDOC, especialmente de Aspásia Camargo; c) em nossas experiências com o *programa de história oral* do NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural - da UFC do qual somos a coordenadora.

que aqui adotamos é mais limitado e preciso, conforme veremos a seguir. Da mesma forma, o conteúdo da HO pode variar na proporção da variedade ocupacional daqueles que a praticam. Um historiador pode estar interessado em recuperar certo período contemporâneo ou certo evento; um sociólogo, na origem e desenvolvimento de uma favela ou de uma sociedade; um cientista político, na caracterização de elites políticas, empresariais ou populares; um antropólogo, na reconstituição de estruturas de uma sociedade primitiva; um jornalista, na descrição de um terremoto. Enfim, a utilização da HO como técnica de coleta de dados é muito ampla.

No entanto, precisa-se considerar que a HO está preocupada com o que é relevante e significante para a compreensão da sociedade e não na acumulação anárquica de supostas peças de evidência que não acrescentam nada aos dados já existentes. Como afirma Moss (1974:9): "A HO oferece um meio para a gravação acurada e preservação de fontes pessoais para preencher as lacunas dos documentos escritos. Ela não é uma inovação moderna. Ela é antiga, e seu emprego moderno representa uma resposta à crescente procura de informação e à crescente apreciação de onde a evidência pode ser encontrada. O que é novo é a gravação magnética, usada em larga escala para capturar exatos relatos literais, juntamente com sotaques, entonações e inflexões, sem a intervenção interpretativa de estenógrafos e anotadores. Novo também, talvez, é o uso frequente desta técnica para gravar não apenas lembranças do passado, mas as reflexões e opiniões daqueles cujas vidas estão ainda comprometidas com atividades públicas".

Este último tipo de HO lança mão da memória como fator dinâmico na interação entre passado e presente, fugindo ao aspecto estático do documento escrito que permanece o mesmo através do tempo. Se, por um lado, a entrevista gravada representa uma busca de evidência histórica, ela, como fonte, possui potencialidades ao mesmo tempo que limitações. Ainda Moss (1974:9) enfatiza: "A memória não é simplesmente um reservatório passivo de dados, cujo conteúdo pode ser esvaziado e escrutinizado à vontade. Ela está empenhada e integrada com o presente – com atitudes, perspectivas e compreensões que mu-

dam continuamente - trabalhando e retrabalhando os dados da experiência em novas reformulações, opiniões e, talvez, até novas criações. O que é capturado pela HO é raramente um estudo exaustivo de todos os dados relevantes, mas, ao contrário, um segmento da experiência humana - a interação do entrevistador com o entrevistado - no contexto de um passado relembrado, de um presente dinâmico e de um futuro desconhecido e aberto".

Por basear-se no depoimento pessoal e na memória, a HO está sujeita a críticas a respeito da validade dos dados que ela obtém (cf. Camargo, 1981). Assim sendo, acusa-se a HO de não ser confiável: a) porque se baseia no depoimento de um ator social que é, por definição, um depoimento parcial. Ele transmite sua versão dos acontecimentos e não a reconstituição dos próprios acontecimentos. Sua visão pode ser deturpada e enganadora pela força de sua ideologia, ou até mesmo mantirosa; b) porque se funda na memória do depoente e, sendo a memória humana falha e deficiente, os acontecimentos ou impressões relatados podem ser distorcidos, episódios deslocados ou elementos omitidos. A reconstituição "de memória" pode estar imersa em reinterpretações, seja pela distância existente entre o fato passado e o depoimento presente que já incorpora possíveis mudanças de perspectiva ou de valores do ator social, seja porque o fato pode ser reinterpretado à luz dos seus interesses.

Não há dúvida de que estas críticas são pertinentes, e que representam reais limitações para a HO, mas é importante notar que elas não são privilégio da HO. O componente ideológico permeia todo tipo de informação coletada, seja através da HO, da história de vida, da entrevista ou de observação participante. Já a limitação do fator memória com certeza atinge mais a primeira do que as últimas, por tratar a HO, basicamente, de fatos passados. É preciso considerar, entretanto, que os três primeiros instrumentos – a HO, a HV e a entrevista – não podem ser vistos em termos de suas peças individuais, ou seja, da informação de um único depoente, mas em termos do *conjunto* de depoimentos que informam o todo de um determinado projeto de pesquisa. Desta forma os dados podem ser checados não só internamente

- entre os depoimentos - como externamente, confrontando-os com todos os dados disponíveis através de outras fontes.

Outro ponto a considerar é que a compreensão de uma época ou de um evento passa necessariamente pelo entendimento das ideologias, daí por que saber se o relatado é verdadeiro ou não e, em certos casos, secundário. Do contrário, poder-se-ia argüir que a simples descrição de um fenômeno é insuficiente para atingir a compreensão de suas causas, ou seja, para que se possa explicá-lo. Qualquer objeto de estudo dentro das ciências humanas pode ser abordado de forma estática, onde a permanência e a sincronia são enfatizadas, ou de forma dinâmica, privilegiandose o movimento e a diacronia. A orientação em uma outra direção vai depender muito do profissional responsável pela prática da HO. Aqui, estamos tratando do papel do pesquisador como possível fonte de viés. Sua posição de classe, sua ideologia etc., podem influir desde o início na sua opção por um tipo de "objeto de reconstrução", acrescida do fato de, em caso de ser ele um dos "produtores" - juntamente com o entrevistado - de uma peça de evidência, como uma série de entrevistas gravadas, a organização do roteiro e sua própria postura por ocasião da entrevista poderão, eventualmente, distorcer as informações obtidas. Consequentemente, a prática da HO deve envolver toda a "vigilância epistemológica" para controle do erro e preservação da fidedignidade dos dados, conforme já nos referimos em capítulos anteriores.

Do exposto conclui-se que: a) a HO é uma técnica de coleta de dados baseada no depoimento oral, gravado, obtido através da interação entre o especialista e o entrevistado, ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão da sociedade; b) a HO tem por finalidade o preenchimento de lacunas existentes nos documentos escritos, e assim, prestar serviços à comunidade científica através da socialização de seu produto; c) a HO é interdisciplinar, interessando à história, à sociologia, à antropologia, à ciência política e mesmo ao jornalismo; d) embora caracterizada como uma técnica, ela não prescinde da teoria que informa o objeto a ser reconstituído; e) como instrumento de captação de dados ela sofre de algumas limitações comuns a outros instrumentos de coleta.

2 - A técnica

A utilização da técnica da HO pressupõe, primeiramente, a existência de um programa de reconstituição histórica sobre algum tema específico, preferencialmente vinculado a uma instituição. A definição do tema normalmente surge de um grupo de profissionais interessados em evidenciar algum aspecto desconhecido ou nebuloso da realidade societal, considerado relevante. A escolha do tema depende também do nível de especialização e da qualificação da equipe. Após este primeiro passo, várias questões devem ser resolvidas: quem deve ser entrevistado? Quem deve fazer as entrevistas? Que tipo de abordagem histórica será melhor? Como organizar o conteúdo ou roteiro de entrevista? Como planejar e escalar as entrevistas? Como processar as fitas? Quais os procedimentos legais envolvidos na doação da entrevista? Embora não esgotem o assunto. estas questões fornecerão boas indicações sobre os aspectos técnicos envolvidos na prática da HO. Trataremos deles a seguir.

A escolha dos entrevistados não pode ser aleatória, ou seja, não pode obedecer aos parâmetros da amostragem probabilística. Embora a montagem do universo - listagem dos atores que poderão fornecer contribuições úteis ao desvelamento de certo tema - seja fundamental, sempre existem alguns personagens cuja contribuição é imprescindível, daí por que sua inclusão na lista de entrevistados é intencional. Por outro lado, a montagem da lista deve ser efetuada a partir da indicação de especialistas no tema e de informações contidas em dados secundários. A partir desta listagem exaustiva, proceder-se-á à triagem dos nomes mais significativos; os mais idosos deverão ter prioridade na ordem das entrevistas, dado o risco maior de doença ou outros fatores que impeçam seus depoimentos. A aplicação da entrevista exige profissionais de alta competência no assunto. Algumas instituições 80 têm utilizado os serviços de voluntários, embora o mais aconselhavel seja que os entrevistadores façam parte do staff da casa. Outras alternativas envolvem a contratação de profissionais para entrevistas sobre assuntos específicos de sua especialidade e a utilização de estudantes de pós-graduação,

80. Kennedy Library. Cf. Moss, 1974.

eventualmente trabalhando com o mesmo tema de interesse do programa.

O tipo de entrevista, ou o enfoque histórico a ser adotado, pode envolver a decisão entre a entrevista biográfica ou a entrevista temática. Para o primeiro tipo incluir-se-ão os personagens que, ao longo de suas vidas, desempenharam um papel relevante, seja na política, na administração, nas artes, na economia etc. Já aqueles cuja vinculação ao objeto da entrevista se limita a uma participação mais restrita como, por exemplo, o desempenho em um cargo de direção no DNOCS que o qualifique como depoente em uma entrevista sobre a seca no Nordeste etc., deverão fazer parte do bloco de entrevistas temáticas. Na maioria dos casos, este último tipo é mais fácil que o primeiro.

A organização do roteiro da entrevista pressupõe uma série de procedimentos tais como o conhecimento profundo do tema em questão, obtido através de todas as fontes disponíveis (livros, iornais, documentos, anuários), para qualquer tipo de entrevista; já para a entrevista biográfica é necessário o domínio do contexto histórico no qual viveu o personagem, assim como de sua vida e de sua obra (através do curriculum vitae). Será este conhecimento prévio que orientará o entrevistador na elaboração do roteiro que deve pretender captar não somente os dados já conhecidos, mas, especialmente, aqueles que são nebulosos ou mesmo lacunosos. Além dos dados "previstos" para obtenção através do roteiro, existem muitos outros, talvez até mais importantes, que poderão ser coletados mediante a habilidade e o sexto sentido do entrevistador para aproveitar os "pontos cegos" e as "deixas" do entrevistado. Algumas questões úteis podem ser "por que", "como", "onde", "quem", "descreva", "fale mais sobre isto", "qual sua opinião", "quais suas impressões sobre" etc. Além das questões relativas ao próprio ator, deve-se agregar outras sobre organizações, instituições, outros atores, impressões, opiniões, o grupo, objetivos, obstáculos, oposições, sucessos e fracassos etc. que, de alguma forma, se vinculam ao tema ou ao personagem.

O planejamento e o escalonamento das entrevistas devem obedecer à ordem dos contatos preliminares estabelecidos pela instituição à qual o programa está afeto ou pessoalmente pelos

entrevistadores. Nossa experiência tem demonstrado que os contatos individuais são mais valiosos que o contato formal através da instituição. O contato individual pode incluir não só relações de amizade existentes entre o entrevistador e alguns membros da família ou amigos do entrevistado, assim como aquela que é estabelecida por entrevistadores anteriores que fazem "a ponte" entre o novo entrevistado e o pesquisador. Na maioria das vezes os entrevistados demonstram grande disponibilidade, espírito cooperativo e orgulho em contribuir de alguma forma para a história. Após os primeiros contatos, o entrevistado faz a opção pelo local onde gostaria de prestar o depoimento (residência, local de trabalho ou na própria instituição), define o dia e a hora da entrevista, assim como o número de horas que tem disponíveis. A entrevista temática pode envolver poucas horas de diálogo. É aconselhável que não ultrapasse duas horas seguidas, uma vez que depois disso o cansaço de ambos pode trabalhar contra os objetivos do empreendimento. No caso da entrevista biográfica o número de horas de cada entrevista pode variar de duas a cem ou mais horas⁸¹, dependendo do tipo de contribuição que o personagem pode fornecer, de sua habilidade de comunicação, de sua memória, de sua boa vontade em participar do programa e, obviamente, do adestramento e competência do entrevistador. O mesmo pesquisador pode conduzir duas ou até três entrevistas (com atores diferentes) concomitantemente por um período de alguns meses, já que, habitualmente, é raro conseguir que o depoente esteja disponível mais de duas vezes por semana. Além disso o pesquisador necessita de tempo para rever as entrevistas anteriores e avaliar seus resultados, incorporando questões para o próximo encontro ou retornando a assuntos já discutidos e que necessitam de esclarecimentos.

Ao se encaminhar ao local da entrevista o pesquisador deve estar seguro de que o gravador funciona e de que dispõe de fitas cassete suficientes. Antes de iniciar a entrevista a fita deve conter o nome do entrevistado, a data e o nome do entrevistador ou entrevistadores (no máximo dois). As fitas devem ser numeradas no local à proporção que a entrevista se desenrola.

A parte mais técnica do processo diz respeito aos procedimentos posteriores ao término de cada entrevista. O primeiro passo a seguir é o arquivamento das informações contidas na fita cassete, para a fita do rolo, a fim de garantir o acervo de possíveis extravios ou danos da fita cassete original. Em seguida, procede-se à transcrição da fita e à conferência de fidelidade, ou seja, o texto transcrito em forma datilográfica é cotejado com a fita para possíveis correções. O terceiro passo envolve a "limpeza" do texto, ou copidesque, onde são abolidas as repetições e corrigidos eventuais erros de português e de pontuação, sem que o sentido do texto seja de qualquer forma alterado. A quarta etapa é o resumo de cada fita para posterior publicação do conteúdo das entrevistas. Finalmente, encaminha-se o texto para a datilografia final, cuja cópia deve retornar ao entrevistado para uma última avaliação.

Por ocasião do último encontro o pesquisador deve levar consigo o documento de doação da entrevista à instituição, para que o entrevistado assine. Na maioria das vezes eles não objetam a adoção neste momento, embora outros prefiram ler a transcrição da entrevista antes da assinatura. Vale lembrar que um programa da HO deve prever um dispositivo de "embargo da informação" por parte do entrevistado. Isto significa que é possível que ele não deseje que determinada informação venha a público imediatamente, exigindo que ela seja liberada somente algum tempo depois, dez anos, por exemplo. Neste caso, esta entrevista ou parte dela não pode ser colocada à disposição da comunidade durante o período que durar o embargo.

Depois de transcritas, as fitas, juntamente com o catálogo de resumos, devem ser encaminhadas à biblioteca da instituição ou ao órgão competente para catalogação e uso futuro dos interessados.

Como vimos, o processo que envolve a utilização da HO é longo e oneroso, além de exigir paciência e dedicação dos pesquisadores e do pessoal de apoio.

Uma última palavra deve ser dita sobre as afinidades entre a HO, a entrevista e a história de vida. Deve ter ficado evidente que a HO representa um tipo de entrevista, já que é produzida através do contato direto entre duas pessoas: uma delas coloca

^{81.} Como no caso da entrevista com o marechal Cordeiro de Farias para o CPDOC, conduzida por Aspásia Camargo e Walder de Goes.

as questões enquanto a outra fornece informações. No caso da entrevista biográfica, ela representa também uma história de vida, já que as questões são orientadas em função do percurso histórico do entrevistado, embora seja mais flexível em termos da liberdade que concede ao depoente. Cada uma tem suas vantagens e limitações, mas não resta dúvidas que, quando obedecendo ao rigor científico, todas contribuem com uma parcela na produção da ciência.

XI

Pesquisa-ação e pesquisa participante

Os termos pesquisa-ação e pesquisa participante têm a mesma origem, a psicologia social de Kurt Lewin, e alguns pontos comuns como a crítica à metodologia da pesquisa tradicional das ciências sociais, especialmente no que se refere à sua falta de neutralidade e objetividade; a recusa de aceitação do postulado de distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa, o que remete à necessidade não só da inserção do pesquisador no meio, como de uma participação efetiva da população pesquisada no processo de geração de conhecimento, concebido fundamentalmente como um processo de educação coletiva; finalmente, o princípio ético de que a ciência não pode ser apropriada por grupos dominantes conforme tem ocorrido historicamente, mas deve ser socializada, não só em termos do seu próprio processo de produção como de seus usos, o que implica na necessidade de uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado) no intuito de minimizar as desigualdades sociais nos seus mais variados matizes (desigualdades de poder, de saber etc.). Não obstante, estes elementos unificadores, as situações concretas e as diferentes estruturas e conjunturas que caracterizam e diferenciam os países avançados economicamente e aqueles subdesenvolvidos e dependentes, levaram ao surgimento de alternativas diversas na aplicação

deste tipo de proposta. Assim é que na Europa, especialmente na França, a pesquisa-ação se direcionou para as instituições sociais, concebidas como portadoras de uma "violência simbólica", e para movimentos sociais de libertação (ecológicos, estudantis, de minorias) enquanto que na América Latina, onde as desigualdades materiais são mais ostensivas e a participação da maioria da população no "poder do saber" representa um privilégio de poucos, esta alternativa de investigação dirigiu-se para os oprimidos ou dominados, aqueles que estão situados na base da estrutura social (campesinos, operários, índios). Libertando-se teoricamente da corrente psicossociológica, este tipo de proposta ancorou-se em princípios humanistas - religiosos e marxistas adquirindo dinamismo próprio, especialmente através da vertente educativa de Paulo Freire, compartilhada e orientada por sociólogos colombianos e venezuelanos, para uma ação político-partidária, cujo papel do intelectual orgânico é enfatizado (Gajardo, 1985:37-38).

O estilo participativo de pesquisa e de planejamento, entretanto, não representava o monopólio desta corrente libertadora, já que era amplamente praticado, na América Latina, por governos autoritários que, ao incorporar as populações no processo de investigação, visaram também o seu controle através de ações paliativas e assistencialistas e, consequentemente, a manutenção e permanência do status quo, ou seja, das estruturas básicas de dominação. Assim sendo, os termos pesquisa participativa e planejamento participativo deveriam ser distinguidos da nova proposta, através de maior rigor na definição, caracterização e explicitação de suas etapas de realização. Ao longo das décadas de sessenta e setenta, a América Latina vivenciou o desenvolvimento das mais variadas práticas de pesquisa libertadora, surgindo a década de oitenta como o período da pesquisa participante, conceitual e metodologicamente definida. É aí que a pesquisa participante assume a primazia sobre termos correlatos e nem sempre precisos.84

É nosso propósito discutir alguns exemplos destas experiências preferindo reservar o termo pesquisa-ação para as práticas de origem européia, e pesquisa participante para aquelas que tiverem a América Latina como locus de investigação. 85 Cientistas sociais latino-americanos adotaram uma postura crítica com relação às metodologias tradicionais como consequência do descrédito que a "ciência" tem provocado por ter-se mostrado incapaz de resolver os problemas de pobreza, de subdesenvolvimento, da falta de democracia, enfim, o problema das desigualdades sociais. No sentido de apontar as diversidades de enfoques dentro destas perspectivas, incluiremos em nossa análise algumas práticas de pesquisa-ação (PA), representadas pelos trabalhos de Michel Thiollent: *Enquête operária*, de Alain Touraine: Intervenção sociológica e de René Barbier: Pesquisa-ação institucional. Da vertente latino-americana, a pesquisa-participante (PP), tentaremos elaborar uma síntese das diferentes propostas. Antes, porém, de discutir os trabalhos individuais, faremos uma caracterização da PA e, posteriormente, da PP.

1 – A pesquisa-ação⁸⁶

O termo pesquisa-ação se originou na psicologia social, tendo sido cunhado por Kurt Lewin na década de quarenta, nos Estados Unidos. Juntamente com a pesquisa-ação e, talvez, em decorrência dela, este autor criou também a dinâmica de grupo⁸⁷, técnica de suporte da primeira (Barbier, 1985:37). Ele, assim, se refere à "Action Research":

"Quando falamos de pesquisa, estamos pensando em pesquisa-ação, isto é, uma ação em nível realista, sempre acom-

^{84.} Observa-se na literatura especializada referência e uso de termos tais como: investigação alternativa, investigação participativa, auto-senso, pesquisa popular, pesquisa dos trabalhadores, pesquisa confronto, investigação militante, pesquisa-ativa, estudo-ação, pesquisa-ação, intervenção sociológica, enquête-participação.

^{85.} Thiollent distingue a pesquisa-ação da pesquisa-participante: "A PA é uma forma de PP, mas nem todas as PP são PA (...), os partidários da PP não concentram suas preocupações em torno da relação entre investigação e ação dentro da situação considerada. É justamente esse tipo de relação que é especificamente destacado em várias concepções da PA. A PA não é apenas PP, é um tipo de pesquisa centrada na ação" (1985:83). Divergimos da distinção proposta pelo autor por termos constatado que muitas das experiências de PP introduzem o componente "ação".

^{86.} Para a caracterização geral da pesquisa-ação baseamo-nos fundamentalmente em Barbier (1985), tradução do original francês publicado em 1977.

^{87.} Ver Lewin, K. Resolving Social Conflicts (1948). Tradução brasileira, A Dinâmica de Grupo. S. Paulo, Cultrix, 1974.

panhada de uma reflexão autocrítica objetiva e de uma avaliação dos resultados. Como o objetivo é aprender depressa, não devemos ter medo de enfrentar as próprias insuficiências. Não queremos ação sem pesquisa, nem pesquisa sem ação". 88

Como diz Barbier (1985:38):

"A pesquisa-ação de Lewin pode ser definida como uma pesquisa psicológica de campo, que tem por objetivo uma mudança de ordem psicossocial".

Posteriormente, com o desenvolvimento que sofreu, especialmente nos países anglo-saxônicos, ela passou a ser concebida como tendo

"por finalidade contribuir simultaneamente para o alívio das preocupações de ordem prática das pessoas que estão em situação problemática, e para o desenvolvimento das ciências sociais através de colaboração que as reúne de acordo com um esquema ético mutuamente aceitável". 89

Os trabalhos de Lewin e seus discípulos se orientaram para a solução de problemas sociais que a sociedade americana experienciou durante e depois da Segunda Guerra Mundial envolvendo desde o problema judeu, como problemas práticos de fábricas e indústrias vinculados à "decisão de grupo", à "auto-organização" etc. A partir desses estudos, pôde-se distinguir quatro tipos de pesquisa-ação:

"A pesquisa-ação de diagnóstico que procura elaborar planos de ação solicitados. A equipe de pesquisadores entra numa situação existente (revolta racial, ato de vandalismo), estabelece o diagnóstico e recomenda medidas para sanar o problema.

 A pesquisa-ação participante que, desde o início, envolve no processo de pesquisa os membros da comunidade ameaçada, como foi feito, por exemplo, no projeto de pesquisa sobre o auto-exame das atitudes discriminatórias de uma comunidade (estudo de Horthtown, perto de Nova Iorque, 40.000 habitantes, 1948).

- A pesquisa-ação empírica que consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais semelhantes (ex-clubes de rapazes). Esse tipo de pesquisa-ação pode levar de maneira gradual ao desenvolvimento de princípios mais gerais, como foi demonstrado pela medicina clínica.
- A pesquisa-ação experimental que exige um estudo controlado da eficiência relativa de técnicas diferentes em situações sociais praticamente idênticas. É a que possui maior potencial para fazer progredir os conhecimentos científicos dentro da perspectiva da cientificidade tradicional" (Barbier, 1985:39).

É, pois, com Kurt Lewin que o conceito de *intervenção* ⁹⁰ na vida social, com o objetivo de *transformá-la*, toma corpo e a metodologia própria começa a se firmar e aperfeiçoar. Entretanto, o tipo de intervenção proposta pela escola de Lewin não pretende a transformação das estruturas da sociedade de classes como, depois, outras correntes intervencionistas mais ligadas à sociologia terão por objetivo. É este o divisor de águas entre a psicologia social americana e as ciências humanas aplicadas européias que, apesar de subsidiárias daquela, fazem uma nova proposta de ciência libertadora.

Vale aqui lembrar a discussão de C.W. Mills sobre a distinção entre a sociologia pura e a sociologia aplicada, distinção necessária para a compreensão da importância desta última como ciência que se ocupa dos problemas sociais que se impõem ao sociólogo e dão sentido à sua atividade na busca de soluções. Parece-nos que é dentro desta tradição que podemos enquadrar

Citado por A. J. Marrow. Kurt Lewin. Paris, ESP, 1972. In Barbier, 1985:38.
R.N. Repport. Les Trois Dilemes de la Recherche-Action. Conexions.
EPI/ARIP, 7, 1973, citado por Barbier, 1985:38.

^{90.} A idéia de intervenção se opõe frontalmente à perspectiva do método não-diretivo proposto por Carl Rogers, psiquiatra americano de inspiração psicanalitica, cuja influência na sociologia européia se faz sentir especialmente na discussão epistemológica sobre a entrevista como instrumento de coleta de dados. Rogers é contemporâneo de Kurt Lewin e teve uma grande influência teórica no Brasil, sobretudo nos campos da psicologia e psicanálise, educação e religião.

a pesquisa-ação na sociologia, embora ela tenha sofrido desdobramentos a partir da sua origem e influenciado outras áreas das ciências humanas como educação, economia, antropologia e a propria filosofia.

Avançando um pouco mais no sentido da vinculação entre teoria e empiria, Barbier (1985) propõe a utilização da noção de "clínica" em ciências humanas, definindo o método clínico como englobando "todo procedimento de observação direta e minuciosa, usado em entrevista ou em situações experimentais definidas (situações de teste)" (p. 45). Neste sentido geral ele se aplica às situações de terapia, de profilaxia, de aconselhamento ou similares. Nas ciências humanas, "o método clínico serve-se da abordagem qualitativa, monográfica, e é aplicado de preferência no próprio terreno de investigação. A intenção é de explorar o comportamento e as representações de um sujeito ou de um grupo de sujeitos diante de uma situação concreta, para compreender-lhes o sentido (grifos nossos) colocando-se alternadamente na perspectiva de observador e na de sujeitos-atores e de sua vivência" (p. 46). Foi dentro desta perspectiva que certas correntes da pesquisa-ação se direcionaram para os estudos do fenômeno organizacional, ou seja, para a análise das instituições sociais, como expressão da própria sociedade 91, embora algumas tenham se voltado para os fatores psíquicos e emocionais, outras para a abordagem sociopolítica. Assim:

"É a consideração das estruturas de organização social — escreve J. Ardoino — e a análise das linhas de força do campo institucional que vão mostrar as novas formas, cada vez mais epifenomênicas, das relações humanas e do jogo intersubjetivo: aqui a psicossociologia não está de acordo com a orientação inicial da psicologia social (...) Se invertida a polarização, convirá falar de uma sociopsicologia das organizações e das instituições" (Barbier, 1985:165).

Por outro lado, parece evidente que todas estas correntes. independente da área, guardaram intactos os princípios da dinâmica de grupo, técnica por excelência da pesquisa-ação, em todas as suas dimensões, que exige do pesquisador um alto nível de qualificação no seu papel de "analisador", "moderador", "intérprete", "animador", na ausência dos procedimentos intervencionistas que podem levar ao fracasso do projeto que, não importando a temática, deverá sempre levar ao desvelamento dos mecanismos de exploração, à consciência libertadora e à luta pela transformação. Muitas das propostas da pesquisa-ação desenvolvidas no Brasil são motivadas pelo desejo de mudança e aparentemente não levam na devida consideração o papel do pesquisador, em termos não só de suas habilidades ⁹² como de sua qualificação específica para o tipo de intervenção que se propõe a fazer. Além de possuir um profundo conhecimento do método científico tradicional, de suas vantagens e limitações, ele deve dominar as técnicas de dinâmica de grupo e as teorias subjetivas que a informam. A propósito da "implicação" do pesquisador junto ao objeto pesquisado, Barbier (1985) distingue três níveis: o nível psicoafetivo, já que "na pesquisa-ação o objeto de investigação sempre questiona os fundamentos da personalidade profunda"; o nível histórico existencial, que remete ao questionamento da existência do pesquisador, quanto a seus fundamentos, sua orientação, suas opções afetivas e racionais fundamentais, e, finalmente, o nível estrutural-profissional que se refere ao trabalho do pesquisador e seu enraizamento socioeconômico.93

Como decorrência, a implicação no campo das ciências humanas é definida como "o engajamento pessoal e coletivo do pesquisador em e por sua práxis científica, em função de sua história familiar e libidinal de suas posições passadas e atual nas

^{91.} O autor lamenta a "morte da instituição" na sociologia contemporânea e se rejubila com o ressurgimento do conceito proposto por C. Castoriadis (cf. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio, Paz e Terra, 1982, tradução do original francês publicado em 1975) propiciado pelos movimentos estudantis de 1968, o que reforçou a tese de que a gênese social do conceito precede sua gênese teórica. Há que lembrar também a importância alocada por Durkheim à instituição como objeto da sociologia.

^{92.} Estamos convencidos que o bom pesquisador possui habilidades inatas que não são supridas através de treinamento; quando muito, ele chegará a ser um bom técnico. A pesquisa-ação, pois, exige muito mais do pesquisador que a pesquisa convencional pelo fato de, por definição, requerer um nível de interação maior entre pesquisadores e pesquisados, baseada em uma dinâmica dirigida por ele e que pode levar a riscos de desestruturação dos grupos quando mal-executada. Por outro lado, pode levar também a interpretações errôneas sobre a situação do grupo e sobre o real.

^{93.} Cf. o capítulo 7, segunda parte, sobre O conceito de "implicação" na pesquisa-ação em ciências humanas (p. 105-128).

relações de produção e de classe, e de seu projeto sociopolítico em ato, de tal modo que o investimento que resulta inevitavelmente de tudo isso seja parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento" (p. 120). Assim sendo, o pesquisador, na pesquisa-ação, precisa estar consciente não só de sua implicação no campo de intervenção, como da dificuldade de analisar a prática dos grupos sociais com o "máximo de objetivação e de rigor indispensáveis a qualquer ciência" (Barbier, 1985:165). Contra a habitual objeção de que objetivação e intervenção representam elementos contraditórios, o autor argumenta que o risco da implicação não é privilégio da pesquisa-ação, insistindo sempre que se trata de examinar os homens em interação; logo, onde houver ciência humana, haverá necessariamente a interferência do pesquisador com sua "multidimensionalidade simbólica e imaginária".

Se, como pensava Bachelard (citado por Barbier), o risco existe em qualquer método científico, é preciso assumir este risco na empreitada coletiva que é a pesquisa-ação em ciências humanas, onde o "Trágico epistemológico está nisso: à exigência de clareza racional se opõe a exigência inevitável da totalidade em atos. Com o reconhecimento da totalização, a cientificidade muda de maneira radical, mergulhando na hipercomplexidade da natureza e da cultura. As regiões parceladas do saber se ressecam como palha ao sol: o homem voltando a ser natural compreende que a natureza é cultural e que a cultura não pode estar separada da natureza" (p. 167).

Para ele, é preciso que haja "homens-conectores" que possam representar a totalidade representada pelo real e pelas diferentes regiões do saber como entre o pensamento e o real, cujo único denominador comum é a práxis social e histórica. Fora da práxis, não há conhecimento possível. Assim sendo, a pesquisaação, por ser uma práxis, esclarece e alimenta o processo de conhecimento. É dentro desta perspectiva que Barbier propõe a pesquisa-ação institucional, que analisaremos detalhadamente mais adiante e que tem como referencial teórico certos postulados do marxismo e do existencialismo sartriano.

A pesquisa-ação, como método de abordagem do real, tem sido informada pelos mais variados matizes teóricos. Sua principal característica, a intervenção, se presta tanto a ações integradoras que levam à auto-regulação do objeto de estudo (grupo, instituição, movimento social, indivíduo), e a mudanças não radicais, como a contestação das estruturas, e à luta por transformações revolucionárias. Entretanto, no campo das ciências sociais, especialmente na América Latina, é a sociologia crítica engajada que mais tem questionado o método científico convencional em nome do ideal da libertação dos povos e da igualdade social que a objetividade e neutralidade – fundamentos históricos daquele método – não têm conseguido atingir.

É também dentro desta tradição que se coloca o método de conscientização de Paulo Freire, no Brasil (1970), a pesquisa participante de Orlando Fals Borda (1983)⁹⁴, na Colômbia, e de Oliveira e Oliveira (1983) na África. Vale destacar os esforços dispendidos por estes educadores que, como Paulo Freire, estão convencidos da necessidade de transformação social nos países subdesenvolvidos e consideram a educação como uma das instituições mediadoras que mais se adequam a esta tarefa, dado seu papel de transmissora de conhecimento, formadora do pensar e socializadora de jovens e adultos. Aqui o componente didáticopedagógico da educação arrefece os pruridos epistemológicos relativos à interferência do educador-pesquisador junto ao pólo pesquisado, justificando-a como função inerente ao próprio processo educativo. A função transmissora, entretanto, é reformulada no sentido da ação-reação levando à dinâmica do conhecimento, diferentemente da concepção conservadora (Durkheim) que menospreza o "retorno" dos jovens em termos

^{94.} Fals Borda (citado por Barbier: 1985:97) propõe algumas técnicas para trabalhos de pesquisa de campo:

[&]quot;1. A observação-participação, de respeitável tradição, requer do pesquisador uma atitude 'de simpatia', sensível à personalidade das pessoas.

^{2.} A observação-intervenção, que implica a experimentação com os elementos culturais no âmbito de uma situação, a fim de observar os efeitos das mudanças produzidas e induzidas dentro de certos limites.

^{3.} A observação-inserção, técnica apropriada para períodos de crise, que supõe a utilização das duas técnicas anteriores e a 'necessidade de ir mais além' para se obter uma visão intema completa das situações e dos processos estudados, uma visão da ação presente e futura. Isso exige que o pesquisador em ciências sociais se envolva como agente, dentro do processo que está estudando, o que supõe que ele tomou posição a favor de determinadas alternativas. Aprende não somente pela observação que realiza, mas também pelo trabalho que executa junto com os sujeitos com os quais se identifica".

da contribuição à inovação e à mudança social. Como interferência premeditada, a ação educativa deverá levar à transformação libertadora, dentro de um processo endógeno que se alarga, atingindo as estruturas sociais emperradas pelo capitalismo depredador das sociedades dependentes subdesenvolvidas.

Já a sociologia engajada, referida anteriormente, obedece aos princípios teóricos marxistas, embora quase sempre crítica das posições ortodoxas e dogmáticas. Exemplo desta postura é a proposta de Thiollent (1980).

1.1 - A enquête operária

Ao invés de expor a argumentação de Thiollent a favor da enquête operária como forma de pesquisa-ação, iniciando pela crítica aos métodos (positivista-empiricista) e técnicas (questionário e entrevista diretiva) da pesquisa convencional para, no final, apresentar suas características, como faz o autor em seu livro, optamos pela seqüência inversa. Iniciaremos, mostrando o que é a enquête operária:

- 1. a enquête operária seria uma "proposta particular de pesquisa-ação adaptada aos objetivos de autodescrição da condição operária e capacidade de atuação" (p. 132). Ela se desenvolve em duas etapas: uma fase de investigação e uma fase ou campanha de sensibilização, bem mais ampla que a anterior;
- 2. "... o pólo investigado seria capaz de controlar a obtenção dos dados" através de sua co-participação no próprio processo de pesquisa;
- 3. a interpretação, feita pelo próprio investigador, seria apresentada e discutida;
 - 4. a utilização dos resultados seria coletivizada.

O que isto significa no desenvolvimento concreto de uma situação de pesquisa? Em primeiro lugar, o pesquisador, ou grupo de pesquisadores, deverá eleger uma problemática de investigação atentando para o fato de que sua posição de classe e sua ideologia podem interferir, seja ao nível da própria escolha da problemática, seja ao nível da elaboração das questões do

instrumento de coleta. A cautela deve estar presente através da "reflexividade" e do "relativismo cultural" a fim de que seja evitada a "imposição de problemática", numa perspectiva de questionamento, mais que de observação unilateral". Obviamente, em se tratando de uma enquête operária, como o próprio título sugere, a problemática dever estar relacionada com a condição operária.

As questões devem ser elaboradas mais dentro de uma perspectiva de questionamento do que de obtenção de resposta. Na verdade elas se destinam à produção de um efeito de conhecimento dentro da atividade mental dos respondentes e de uma avaliação crítica sobre sua condição. O questionário deve obedecer a certos fins didáticos, ou seja, deve levar os respondentes a produzirem suas próprias explicações. Embora se reconheça que isto implica, não só em certa "imposição de problemática" como em indução nas respostas ⁹⁵, elas se justificam, pois quebram a passividade e impedem as respostas fáceis, de conteúdo vazio ou sem compromisso. A enquête operária pode ser planejada com amostras, mas os critérios de representatividade estatística não são determinantes (p. 113): Talvez o mais importante sejam os critérios qualitativos, ou seja, de representatividade política.

A equipe de intelectuais (pesquisadores) desempenha o papel de vanguarda das massas e, como tal, cabe-lhe a direção política e atividade ideológica de conscientização, uma vez que "a enquête operária é um *instrumento* de conhecimento da realidade concreta e um *meio* de ação de base que consiste em estabelecer contato com os trabalhadores" (grifos nossos) (p. 124). Logo, a prática da enquête operária não pode se tornar um fim em si, não exclui a necessidade de um trabalho teórico nem substitui uma efetiva prática política.

A importância da definição política dos objetivos da enquête operária não elimina as exigências metodológicas da investi-

^{95. &}quot;Para alcançar o objetivo de captar informação ou verbalizações situadas na fronteira da ideologia dominante, o dispositivo de questionamento deve levar aos respondentes uma informação dirigida (grifos nossos), que produza diversos efeitos de desbloqueio ou de deslocamento de perspectiva" (p. 109). "O problema não parece ser o de eliminar todo tipo de influência, impossível em última análise. Trata-se de dirigir e controlar a influência em função de certos objetivos de investigação" (p. 112).

gação. Assim sendo, dois pontos são de fundamental importância: a) a conjuntura e a capacidade de definição política e ideológica do grupo; b) as exigências técnico-científicas da investigação. "Para que ambas sejam dominadas, o grupo deve possuir uma grande homogeneidade política, reunir pessoas de grande competência metodológica e definir de modo realista os caminhos de acesso aos lugares onde a entrevista dos trabalhadores seja possível" (grifos nossos) (p. 126).

Do exposto, torna-se claro que:

A enquête operária é um tipo de investigação, associada a uma ação política.

Enquanto tipo de investigação, a enquête operária exibe certas especificidades que, a nosso ver, aceita alguns dos cânones do método científico tradicional, modifica uns, rejeita e acrescenta outros. Ela aceita, por exemplo, que todo problema empírico é, antes de tudo, um problema teórico. Para conhecer o real é preciso que o pesquisador ou grupo de pesquisadores articulem a teoria com a empiria; acredita na necessidade de um rigor metodológico no processo de captação dos dados⁹⁶; este rigor deve ser buscado não só na crítica aos métodos e técnicas de produção de conhecimento no sentido de identificar seus desvios, mas no constante controle para minimizá-los, dentro da perspectiva da "vigilância epistemológica" de Bachelard; acredita que os dados não possuem evidência intrínseca, mas que devem ser interpretados à luz de uma teoria; crê na função coletiva da ciência, no seu valor para a humanidade e não somente para alguns e na socialização de seus frutos. 97

O autor parece não estabelecer distinção entre o que seja a falsa neutralidade da ciência, a nosso ver relacionada com a discriminação de seus usos e a falsa neutralidade dos métodos e técnicas utilizadas na produção da ciência. A constatação do primeiro aspecto não leva, como conseqüência, ao segundo. Em outras palavras, considerando que os instrumentos de produção de conhecimento não são neutros – levam a distorções –, logicamente se deveria contestar a própria ciência enquanto "explicadora" de fenômenos. Se seus métodos são falhos, sua explicação também seria necessariamente falha. Por outro lado, pode-se aceitar a não-neutralidade da ciência em termos de seus usos e, ao mesmo tempo, buscar a neutralidade dos métodos e técnicas de investigação.

Porque acredita na não-neutralidade dos instrumentos de captação do real, embora, ao mesmo tempo, insista na necessidade de um maior controle dos desvios, o autor parece decidir-se pela aceitação da inevitabilidade de alguns propondo, entretanto, uma modificação na direção do "favorecimento" deles para as classes menos favorecidas. O raciocínio parece organizado da seguinte forma: A pesquisa convencional não é neutra, ela sempre favorece aqueles no poder. Ela não é neutra, também, porque seus métodos e técnicas são falhos. Já que os desvios são inerentes à pesquisa convencional, não importa que os mesmos, ou outros desvios, sejam incorporados à busca de conhecimento, contanto que o pólo favorecido seja, agora, os desfavorecidos - os operários.

Percebe-se isto quando o autor argumenta contra a "imposição de problemática" das pesquisas convencionais, justificandoa na enquête operária. Enquanto no primeiro caso a "imposição" ocorre como conseqüência das interferências ideológicas e da falta de relativismo cultural do pólo investigador, no segundo, ela se justifica como instrumento didático de conscientização do pólo investigado.

Também com relação à função "indutiva" das questões do dispositivo de investigação, o autor a reconhece e critica quando usada na pesquisa convencional, mas aceita-a e justifica-a na enquête operária por seu caráter de questionamento, que enfatiza

^{96. &}quot;A radicalidade, a relevância sociopolítica de uma pesquisa não é determinada pelo simples fato de se relacionar à classe operária, ao proletariado rural, ao movimento sindical ou a qualquer outro movimento social. As condições de obtenção dos dados e os processamentos aos quais são submetidos - numa palavra, o dispositivo metodológico - constituem o elemento determinante do que se pode pretender alcançar" (p. 131). "Quando submetida às exigências do rigor observacional, a pesquisa sociológica pode contribuir para afastar o subjetivismo e até o 'misticismo' que, muitas vezes, existem entre militantes, acerca da classe operária e de sua missão histórica" (p. 117).

^{97.} Vale, aqui, a distinção entre a concepção de ciência como ideal buscado e a prática científica histórica. Se a segunda nunca conseguiu realizar a primeira, não pode, tampouco, eliminá-la. Neste sentido, a constatação da não-neutralidade da ciência, mais aceita que negada dentro da comunidade científica, não pode ser encarada como uma rejeição do ideal de neutralidade.

a dimensão cognitiva e política das relações de classe. Como diz o autor:

"No contexto da enquête operária, ou de outras concepções de pesquisas comparáveis, a influência exercida pelas perguntas tem por objetivo tornar os interlocutores capazes de ultrapassarem o plano da resposta estereotipada, ou resposta condicionada pela conformidade à ideologia ou à moral dominante como no caso de escalas de atitudes (...) para chegarem ao plano da autodescrição de uma situação. É claro que tal deslocamento de perspectiva não resulta apenas da formulação das perguntas. Deve-se levar em conta os modos de comunicação e a inserção não-artificial do dispositivo de investigação dentro da população ou classe privilegiada. Consideramos não-artificial esta inserção quando os grupos investigados têm iniciativa e controle dentro do processo de investigação, concebido em ligação com a prática efetiva do grupo, como é o caso na enquête operária" (p. 112).

É interessante notar a aceitação, embora apenas implícita, por parte do autor, do papel do pesquisador da enquête que, diferentemente do pesquisador que se ocupa das pesquisas convencionais, não contribui com sua ideologia e com seu sociocentrismo para o desvirtuamento dos dados coletados. Pensamos que este também está sujeito a todas as injunções maléficas que atacam aquele. Não fosse assim, a crítica deveria recair na má-fé do primeiro, ao lado da pureza de intenções do segundo, o que julgamos não ser o caso do autor.

Por outro lado, a crença implícita na possibilidade de uma vanguarda burguesa, com pontos de vista do proletariado, de intelectuais orgânicos do proletariado, pode ser questionada de dentro dos próprios postulados marxistas. Como diz Gouldner (1979:58).

"De acordo com Marx e Engels, pois⁹⁸, alguns intelectuais são radicalizados pela sua 'contemplação' e compreensão teórica da história. É surpreendente quão idealista é a visão

98. Refere-se ao Manifesto Comunista.

de Marx e Engels sobre o processo. Claramente isto contradiz a assunção fundamental do marxismo de que 'o ser social determina a consciência'. Como pode a consciência de um proletariado revolucionário emergir entre aqueles cujos seres sociais eram da classe dominante?"99

Obviamente o autor comunga com Marx e, sobretudo, com Lenin, sobre a necessidade de uma vanguarda intelectual na condução da luta; com eles, devemos dizer, também concordamos. Nossa dissonância com o autor situa-se na não problematização, ou melhor, na insuficiente problematização da condição do pesquisador da enquête operária que, aparentemente, estaria isento das interferências que caracterizam o pesquisador da pesquisa convencional. O autor aloca demasiada importância ao controle sobre os dados que pode ser exercido pelo pesquisado, o que nos parece também insuficiente para coibir a prática do dogmatismo, do autoritarismo, do economicismo, do desvio político e da incompetência na enquête operária, apenas referidos. Como na pesquisa convencional, a enquête operária também joga sobre os ombros do pesquisador a mesma responsabilidade, ou talvez maior pelo simples fato do viés consentido e/ou intencional liberar os limites da vigilância epistemológica, insubstituível.

A pretensa correção do viés de classe (falsa neutralidade) da pesquisa convencional através da proposta da enquête operária remete à questão da objetividade do método científico ou, no dizer de Demo (1980), à busca de objetivação uma vez que a objetividade absoluta é reconhecidamente inatingível. A objetivação é, pois, substituída pela ação política introduzida dentro do próprio processo de geração de conhecimento, o que nos parece inapropriado ou, em outras palavras, esdrúxulo. A questão deve ser colocada não em termos da oposição à ação política em si, mas em termos de sua adequação como elemento do

^{99. &}quot;According to Marx and Engels, then, some intellectuals are radicalized by their 'contemplation' and theoretical comprehension of history. It is striking how idealistic Marx and Engels account of the process is. Clearly, this contradicts Marxism's fundamental assumption that 'social being determines conciousness'. How could the conciousness of a revolutionary proletariat emerge among those whose social being was that of the 'ruling class'?"

método científico. A ação política é, inegavelmente, necessária dentro da prática sociológica, mas a nosso ver não é necessária nem desejável dentro da prática de produção de conhecimento do tipo enquête. Entendemos não ser a enquête o tipo de método que melhor se presta a uma interação íntima entre pesquisador e pesquisado, nem à captação de dados qualitativos de natureza subjetiva, qual sejam aqueles que explicitariam e desvendariam elementos de falsa consciência dos operários ou suas "definições de situação" com todas as conseqüências que elas acarretam.

Pela exposição de Thiollent, o tipo de interação entre o pólo pesquisador e o pólo pesquisado se concretiza apenas no momento de aplicação do instrumento de coleta, ou seja, do questionário (ou entrevista diretiva); por esta razão, pensamos que ele sofre das mesmas limitações da pesquisa de tipo survey, no sentido de que está preso à amostra e tem pouca chance ou nenhuma de reformular as questões em caso de incompreensões por parte da população pesquisada. ¹⁰¹ Na verdade a enquête operária parece ser um survey intraclasse, ao invés de interclasse como o convencional.

Vejamos agora com mais precisão as críticas que o autor levanta sobre a pesquisa convencional. Ele inicia afirmando que a ciência não é neutra, conseqüentemente, seus métodos também não o são. Nas ciências sociais as técnicas de coleta de dados são viesadas de várias maneiras (questionário e entrevista).

A falsa neutralidade da ciência, a nosso ver, pode ser desmembrada em dois componentes: a) com relação aos *usos* dos resultados da ciência; b) com relação às *formas* de produção de conhecimento. O primeiro ponto remete à ciência como instrumento de poder e quanto a isto estamos em perfeita sintonia com o autor.

"Os manuais de planejamento de pesquisa convencional apresentam a utilização de resultados como uma questão de ética, rapidamente solucionada com o argumento da preten-

100. Como já nos referimos anteriormente a "definição de situação" é um termo criado por W. I. Thomas que o explicita: "Se uma pessoa define uma situação como verdadeira, ela é verdadeira nas suas conseqüências".

101. Mesmo depois de um acurado pré-teste, o instrumento de coleta quase sempre contém defeitos. sa neutralidade técnica, ou como estilo de exposição adaptada, quer ao grande público, quer ao público restrito dos 'decision makers'. Este tipo de tratamento não parece enxergar que todos os eventuais utilizadores não são iguais, ou, mais ainda, que cada tipo de conhecimento é funcional dentro de certas relações de poder" (p. 130).

Uma vez reconhecida a não-neutralidade na utilização dos frutos da ciência, ou seja, a diferenciação e discriminação de certas classes que se beneficiam mais ou menos daqueles resultados, o autor sugere outro modelo de conhecimento, que visa a emancipação:

"Este modelo de investigação que prevalece até hoje em matéria de pesquisa social, por racional ou eficiente que seja, não pode ser imposta como único padrão de legitimidade científica. Apesar de sua ilusão de neutralidade, este modelo é requerido pela funcionalidade do saber em relação ao poder, neste sentido, ele é politicamente 'engajado'. É possível imaginarmos um outro modelo de investigação que seja associado a uma política orientada em direção à emancipação e, nem por isso, menos 'científico' do que o modelo convencional ligado ao poder vigente" (p. 131).

O segundo componente embutido na crítica à neutralidade da ciência se refere às *formas* de produção de conhecimento e, como tal, está dirigido aos aspectos técnicos desta produção, ou seja, aos mecanismos (métodos e técnicas) que possibilitam a captação do real. O autor centra seus ataques especialmente ao questionário e à entrevista diretiva, cujas principais falhas seriam:

- a) Os instrumentos de coleta provocam distorções porque são construídos de forma *sociocêntrica*, ou seja, a partir do universo cultural dos pesquisadores e não dos problemas e experiência dos respondentes;
- b) Como consequência do sociocentrismo presente nos dispositivos de investigação, eles manifestam uma imposição de

^{102.} Este novo modelo será explicitado mais adiante.

problemática que estimula a *produção de respostas* chamadas reativas;

c) Por outro lado, a distância cultural existente entre os dois universos (pesquisadores e pesquisados): 1) remete à não-comparabilidade das respostas quando a população entrevistada é heterogênea. O argumento é que apenas aqueles grupos (ou sujeitos) comparáveis ao dos pesquisadores poderiam compreender o sentido das questões; 2) "induz o pesquisador a interpretações erradas que, regra geral, concordam com sua visão de mundo ou com a de quem encomendou a pesquisa" (p. 48).

"O problema de imposição de problemática pelo questionário consiste no fato de colocar o entrevistado frente a uma estruturação dos problemas que não é a sua e no fato de estimular a produção de respostas que chamamos reativas. O problema remete à distância social ou cultural que existe entre o universo dos pesquisadores que concebem o questionário e o universo dos respondedores. Relativamente a cada um dos dois universos, a relevância e significação de uma pergunta não são necessariamente comparáveis" (p. 48).

A argumentação do autor é a seguinte: uma problemática de pesquisa sempre existe. Entretanto, o pesquisador deve exercer certo controle sobre suas características de membro de uma classe – e, como tal, possuidor de uma ideologia através da reflexidade e do relativismo, "concebidos como preocupação de autocontrole das implicações sociais dos analistas da sociedade" (p. 131).

"O que queremos criticar nas precedentes observações não é a existência de uma problemática de investigação, sempre necessária, mas sim a dissimulação de problemáticas ideologicamente marcadas ou sociocentradas nas formas de representação do social das classes médias ou de diferentes elites. Logo, o que está em jogo é a ausência por parte dos investigadores da auto-avaliação da problemática e das interferências ideológicas que nela têm lugar, inclusive ao nível da formulação da pergunta... Reflexividade e relativismo cultural são duas qualidades necessárias para dirigir

investigações sem "imposição de problemática", numa perspectiva de questionamento mais do que de observação unilateral" (p. 51-52).

d) O questionário e a entrevista representam um dispositivo de investigação *unilateral*, no sentido de que não são capazes de estabelecer uma comunicação recíproca, um sistema de troca entre entrevistador e entrevistado, tolhendo a criatividade e iniciativa dos entrevistados.

Tentemos atingir o argumento:

"A unilateralidade contida no dispositivo da pesquisa convencional já define de antemão o fato de que as populações implicadas no objeto de investigação não terão nenhum poder de iniciativa no processo de investigação, tanto na fase de exploração como na de utilização. Sabe-se que os procedimentos aplicados no decorrer da pesquisa terão um efeito de apropriação, monopolização, rotulagem do saber popular, decrevendo, sintetizando, interpretando os seus elementos sob formas especiais de apresentação que só interessam a quem dispõe do poder, seja ele real ou simbólico" (p. 130).

A nosso ver, o fato de um instrumento de coleta de dados ser unilateral não implica necessariamente que seus resultados não possam ser utilizados pelo próprio pesquisado, embora, na prática, isto aconteça.

"Este relacionamento (entre pólo investigador e pólo investigado) deve ser concebido de tal maneira que seja concretamente capaz, em cada contexto de investigação, de permitir a iniciativa, a criatividade dos 'investigados' e uma comunicação profunda com os investigadores. Mais do que informantes ocasionais, certos dos indivíduos ou grupos implicados numa determinada situação devem se tornar, no decurso da pesquisa, investigadores nesta situação" (p. 131-132).

Aparentemente pode-se pensar que o autor se refere a algum problema ético, envolvendo um desrespeito ao entrevistado pelo fato de a ele só ser concedida a palavra naquele tipo de assunto "imposto" pelo pesquisador e que uma intercomunicação seria algo de mais "humano" ou ético. Cremos que pode ser isto também, mas a crítica se dirige mais ao "padrão positivista-empiricista da observação convencional" sugerindo o estabelecimento de "uma nítida ligação entre a dimensão metodológica e a dimensão política do processo de investigação" (p. 120).

No intuito de reforçar seu ponto de vista, o autor faz uma longa citação de Ferrarotti¹⁰³ que reproduzimos em parte:

"Não há possibilidade de sociologia genuinamente crítica se não se reconhecer entre investigador e objetos de investigação um substancial status de paridade. Troca e comunicação recíproca. A sociologia como participação. A investigação como co-investigação. A autogestão operária da investigação, como processo de conscientização e de transformação objetiva que parte da autodescrição da situação de trabalho e chega à interpretação complexa da situação na fábrica e na sociedade" (p. 121-122).

Percebe-se nos dois autores que a unilateralidade é maléfica, porque não é política. O papel dos intelectuais é, pois, "trazer o que eles sabem de um modo que não prejudique a iniciativa dos trabalhadores, ou melhor, que favoreça as condições de sua criatividade", "em lugar de levar ao proletariado a ciência com todos os riscos de cientificismo, de autoproclamação e de passividade" (p. 122-123).

1.2 - A intervenção sociológica

Iniciaremos a apresentação da concepção de Touraine (1982) sobre a intervenção sociológica pelo fim de seu artigo, onde ele define, na verdade, seu pensamento político e sua perspectiva sobre a razão de ser da sociologia e de seu método. Vale a pena ouvi-lo:

"...é com angústia que nos perguntamos se o espaço da sociedade civil que conseguimos aos poucos estender no Ocidente no decorrer dos séculos não será novamente invadido pela floresta estatal. A razão de ser da sociologia é defender, palmo a palmo, esta clareira e as culturas que as coletividades humanas nelas desenvolvem. O método de intervenção está a serviço desta defesa. Uma de suas metas é o conhecimento, mas procura também elevar o nível de ação, proporcionar à ação real uma aproximação cada vez maior do máximo de ação possível. Procura ajudar os homens a fazer sua história.

Aparece num momento em que, sobre as ruínas das ilusões destruídas ou traídas, essa confiança na produção da sociedade recua e, em face dos Estados todo-poderosos, só se procura apoio no mais individual e no menos social, na natureza e no inconsciente. Não se pode separar um caminho de pesquisa nas ciências humanas das razões históricas e sociais que o fizeram surgir. Não é contraditório afirmar que a intervenção sociológica tem um valor humanístico e reconhecer que ela é, também, o signo de um desejo de fazer renascer uma consciência da história, e assim defender e reforçar as chances da democracia" (não-grifos nossos). (p. 45).

Estas preocupações do autor são frutos de sua experiência com o método da intervenção sociológica aplicado à greve estudantil (1976), ao movimento antinuclear e ao movimento occitano na França, embora tenha sido concebido já em 1973. O programa previa uma intervenção no sindicato operário e outra no movimento de mulheres. A questão teórica fundamental dirigida aos cinco estudos é:

"em que pode consistir e sob que forma pode manifestar-se o movimento social popular que, numa sociedade pós-industrial ou em via de pós-industrialização, ocuparia o papel central que o movimento operário desempenhou na sociedade industrial e que o movimento pelas liberdades civis desempenhou nas sociedades mercantis pré-industriais" (não-grifos nossos) (p. 44).

A questão se dirige, pois, a uma sociedade pós-industrial e pretende descobrir os tipos e as formas de movimentos sociais

^{103.} Franco Ferrarotti. "Uma Sociologia Alternativa: Da Sociologia como Técnica de Conformismo à Sociologia Crítica". *Crítica e Sociedade* 6. Afrontamento, Porto, 1976, p. 50.

passíveis de desempenharem um papel histórico na construção da sociedade francesa. Mas existem também outros campos de aplicação para a intervenção sociológica além dos movimentos sociais, e Touraine convida os interessados a examinarem "em que condições e sob que forma ele pode ser aplicado a outros campos sociais e a outras situações sociais". A título de sugestão ele aponta áreas que não estão necessariamente caracterizadas como movimentos de oposição ou populares: a) as condutas dos meios dirigentes, ou seja, junto à classe dirigente de grandes organizações industriais ou não, privadas ou públicas; b) movimentos camponeses ou populistas urbanos de países dependentes e/ou ex-colônias, a fim de compará-los com as pesquisas semelhantes nos países centrais; c) condutas políticas e condutas organizacionais no interior de grandes organizações de produção, de administração, de educação, de saúde etc.; d) condutas de ordem, de crise ou de mudança, isto é, típicas dos países onde a industrialização foi dirigida por Estados autoritários que geraram relações sociais recobertas por relações de ordem e por uma dominação estatal; e) condutas de desvio individual ou mesmo de loucura vistas como expressões individualizadas de uma "privação da ação histórica"; f) os "antimovimentos sociais", ou seja, "tudo aquilo que, numa comunidade, estimula o comportamento defensivo e o consenso contra um inimigo externo". Exemplo disto são os movimentos de defesa comunitários; g) as condutas sociais desenvolvidas sob a dominação absoluta do Estado, como no caso do Brasil, cujas forças sociais aos poucos limitaram a dominação da ditadura militar e que podem ser consideradas como lutas contra o Estado, cuja natureza merece uma reflexão.

Touraine afirma que "a escolha de um método não depende de considerações técnicas; cada método corresponde a um tipo de abordagem, a uma representação da realidade social e, por conseguinte, à escolha do pesquisador ao privilegiar um certo tipo de conduta (1982:37). Assim sendo, aqueles interessados em conhecer a natureza das normas culturais e sociais de uma coletividade colocam-se na posição de *observadores* (antropólogos e sociológos; aqueles interessados nas determinações sociais das condutas recorrem ao método de *levantamento extensivo*

(survey); aqueles interessados pelas decisões, mudanças, relações de influência e de poder desenvolvem *estudos de caso*, tentando reconstruir a história oculta de uma decisão ¹⁰⁴; aqueles que se interessam pelos atores históricos recorrem ao *método historiográfico*; enquanto aqueles que pretendem estudar a maneira como uma sociedade se reproduz a si própria, os seus modelos culturais e as suas relações sociais encontram-se desprovidos de qualquer método. A *intervenção sociológica* vem suprir esta lacuna.

A importância desta área de estudo deve-se à multiplicidade de formas de produção de sociedade, hoje, cuja capacidade de produção ou de destruição é quase ilimitada. Por esta razão, a noção de sociedade é questionada por basear-se nas heranças de séculos passados que enfatizavam a ordem na mudança. Com a presença crescente do Estado nacional a noção de sociedade se torna "perigosa". O autor se define:

"Não acreditamos mais na existência de um princípio central de ordem assegurando as funções vitais de toda a coletividade. Acreditamos antes na existência de relações sociais de inovação cultural e de mecanismos políticos através dos quais vai sendo constantemente redefinida a situação social, de modo que ela nos aparece de preferência como evento que não corresponde a qualquer racionalidade geral, que é pouco coerente e que é instável.

A análise das organizações desempenham aí um papel fundamental. Hoje, não podemos mais acreditar que uma organização possa ser comandada por princípios científicos; tampouco acreditamos que, pelo menos nessas sociedades, ela seja somente a obra de uma dominação central. Aprendemos, graças sobretudo aos trabalhos norte-americanos, a descobrir racionalidades limitadas, estratégias e eventos naquilo que outrora parecera de domínio da organização científica do trabalho. Nessas condições, ao invés de representarmos a sociedade como um princípio central de unida-

^{104.} Lembramos aqui os estudos empreendidos nos Estados Unidos dentro da perspectiva teórica do interacionismo simbólico através da observação participante. Cf. Melville Dalton, *Men Who manage* (1959) e Alvin W. Gouldner, *Patterns of Industrial Bureaucracy* (1954).

de ao qual se refere o funcionamento das instituições específicas, é importante romper esta ligação da análise sociológica com a análise histórica e não mais confundir o Estado com uma sociedade produzida por suas orientações culturais e suas relações sociais" (p. 38-39).

O principal problema, entretanto, é que estas relações sociais não se oferecem à observação imediata; daí a necessidade de concentrar a atenção sobre os atores em suas condições sociais concretas, a fim de que se possa perceber as condutas de produção conflitual da sociedade.

A simples observação não é suficiente; é preciso criar situações quase experimentais, nas quais se possa analisar de forma aprofundada e duradoura grupos restritos; nas quais o ator fique em condições de manifestar o questionamento de sua situação, seus objetivos e sua consciência a respeito dos conflitos nos quais está envolvido. Somente isso não seria suficiente; é preciso que o investigador intervenha diretamente:

"... é preciso que o ator passe das condições de resposta e de adaptação para as condutas de projeto e de conflito através do pesquisador. Somente a intervenção ativa e pessoal do pesquisador, ao puxar o ator para as relações mais fundamentais nas quais se acha envolvido, permitirá que ele deixe de se definir como respondente da ordem estabelecida" (p. 39).

Contra o aparente paradoxo entre os estudos dos atores históricos e dos movimentos sociais através de pequenos grupos, o autor argumenta que é nos pequenos grupos que os atores sociais estão habituados a ver a unidade de base de seu movimento, tais como: célula política, comunidades religiosas, associações locais. Este tipo de estudo de grupo se distingue daqueles que têm por objetivo a captação dos mecanismos subjetivos das relações sociais, a seu ver desprovidos de qualquer fundamento por operar a redução das relações sociais às relações interpessoais. Sua importância reside no fato de considerar os membros do pequeno grupo como atores históricos, como produtores de sua história, de transformadores de sua situação:

"O ponto de partida da intervenção sociológica consiste em constituir tais grupos, formados por atores os mais estritamente militantes, que assim permaneçam durante toda a duração da pesquisa, mas que, como militantes, se egajem também num trabalho de análise.

Não deve haver contradição entre o papel de militante e o papel de analista, já que o analista está orientado para a descoberta do sentido mais profundo da ação" (não-grifos nossos) (p. 40).

A formação desse tipo de grupo – composto de uns dez participantes – enfrenta, entretanto, a dificuldade que se apresenta por parte do ator em dissociar a análise de sua ideologia, pelo fato de permanecer "dono de seu sentido". Ao invés de serem interrogados sobre suas opiniões, atitudes ou ideologias, o que representaria um reforço às condutas de resposta do grupo frente a uma situação dada, adota-se um procedimento oposto, ou seja,

"os grupos logo que formados são confrontados com interlocutores que são seus parceiros sociais na vida real. Substitui-se assim a expressão da ideologia pela experiência de uma relação social. É mesmo desejável que os primeiros interlocutores convidados sejam os adversários mais evidentes do grupo" (p. 40).

De preferência, são os próprios grupos que escolhem seus interlocutores. Ao pesquisador cabe o papel de moderador, cuja principal tarefa é evitar que os componentes fujam da discussão ou que dela participem de forma artificial.

O verdadeiro objeto da intervenção sociológica não é, pois, o ator, mas a *relação social*, onde os reais contendores se enfrentam: empregadores e assalariados, colonizadores e colonizados, dirigentes de Estado e dissidentes etc. ¹⁰⁵

^{105.} Além dos antagonistas na relação social o autor fala na possibilidade de incorporar um terceiro grupo que representaria o contexto da ação estudada, o que ele chama de "agência de historicidade". Por exemplo, na confrontação entre um grupo patronal e um grupo sindical, poder-se-ia acrescentar outro composto de técnicos que representariam a industrialização.

Após cada encontro, pesquisadores e militantes se reúnem em sessões fechadas onde comentam sobre os encontros, iniciando, assim, a auto-análise. O mais importante nesta discussão é a auto-análise dos atores, onde são desvendadas a consciência de classe 106, meta primeira do pesquisador. No início destes encontros os grupos agem como "grupos exemplares", isto é, reproduzindo os debates que se processam ao longo da luta ou da ação coletiva. É preciso, entretanto, operar a transformação destes grupos em "grupos-figuras" através de uma "reviravolta" que consiste num distanciamento em relação à prática e na produção de interpretações gerais da prática. Esta transformação

"pode-se dar tanto espontaneamente como por iniciativa do pesquisador e leva àquilo que se pode chamar de análise ideológica, porquanto ligada à ação – por isso mesmo ideológica – e, desde já, analítica. Esta reviravolta é uma fase essencial no caminho que leva à conversão, momento central da intervenção" (p. 4).

A passagem de "grupo-exemplar" para "grupo-figura" ocorre depois da primeira fase de intervenção, quando são reexaminados os relatórios datilografados, fitas cassete ou gravação de vídeo produzidos durante as confrontações e as discussões fechadas.

Já a "conversão" representa a passagem "da análise em termos práticos para a análise em termos de movimento social que pode estar presente na prática", mas unicamente o pesquisador pode realizá-la tentando mostrar ao grupo a imagem do movimento social que confere à prática a sua importância.

"Ele puxa a prática e sua interpretação para o nível mais elevado possível. Não procura colocar-se em outro nível que não seja o da ação histórica. Seu papel é o de fazer perceber sob que forma e com que força as condutas de produção da sociedade estão presentes nas condutas que podem também ser percebidas em outros níveis da vida social" (p. 41).

Na verdade, diz o autor, a conversão da análise prática para a análise do eventual movimento social presente na prática, interpretada pelo pesquisador, representa uma "hipótese" que ele apresenta ao grupo que a ela reagirá a fim de que seja testada sua validade, de preferência, também, em outros grupos. Este processo é parte da "sociologia permanente", ou seja, o conjunto das operações que ocorrem após a conversão. A experiência do autor levou-o a refletir sobre a necessidade de criar um research design:

"... combinando dois ou três grupos constituídos durante a primeira fase de intervenção, com um conjunto de grupos, alguns dos quais estudados tão demoradamente quanto na primeira fase, no decorrer da sociologia permanente. Esses novos grupos devem ser escolhidos de maneira que possam ser formuladas hipóteses sobre a aplicação possível a essas novas situações".

Assim sendo, entre a primeira fase, ou seja, a etapa da intervenção até a "conversão", e a segunda, – combinação dos vários grupos – deve haver um intervalo de um ano, a fim de que as hipóteses sejam testadas em circunstâncias novas onde a influência dos pesquisadores não se fará mais sentir. Com efeito, a sociologia permanente envolve todas as atividades que os grupos desenvolvem entre um período e outro e dispensa a presença dos pesquisadores.

O método, entretanto, sofre de algumas limitações que o autor chama de "problemas". Primeiramente, ele não permite uma previsão histórica, ou seja, ele não analisa as chances que uma ação coletiva tem de adquirir certa importância histórica. Ele, quando muito, revela a natureza do "movimento social possível" e, a partir daí, pode-se perceber a distância entre o movimento social real e o possível. A intervenção sociológica, entretanto, não tem a previsão como objetivo, e sim, a análise dos mecanismos que permitem a formação da ação coletiva e dos movimentos sociais.

^{106.} O autor entende que toda classe tem uma consciência, embora, às vezes, mesclada com outras consciências.

^{107.} Como um tipo ideal weberiano ou no sentido de L. Goldmann.

O segundo problema está vinculado à definição do papel dos pesquisadores, dadas as duas funções exigidas pela própria intervenção: a) de acompanhar a auto-análise dos atores; b) encaminhar o grupo à conversão. A primeira função é desempenhada pelo *intérprete* e a segunda pelo *analista*, já que as duas funções não podem ser fundidas na mesma pessoa. Ambos devem manter certa distância em relação ao grupo. O intérprete tenta evitar as rupturas entre a experiência de luta real do grupo e sua atividade no quadro da intervenção. Já o analista procura construir hipóteses sobre a ação em questão.

Quanto mais distinta for a separação entre *luta* e *movimento*, tanto mais separadas serão as duas funções (intérprete e analista) e menos comunicação haverá entre os dois pesquisadores. A crise no seio do grupo surgirá como conseqüência, indicando uma ausência de *movimento* enquanto tal.

Um dos perigos que envolve os pesquisadores é sua exagerada identificação ao grupo, o que pode ocorrer, seja por razões ideológicas, para comprovar sua lealdade, ou no intuito de tornar-se líder.

A excessiva identificação é prejudicial ao andamento da intervenção porque pode levar à ilusão de que o grupo é mais autônomo e ativo do que realmente é, impedindo, assim, a conversão, momento em que a distância entre pesquisadores e pesquisados deve ser a maior possível.

Outra crítica à intervenção sociológica - além da falta de previsibilidade - é aquela referente ao fato dela não ter valor demonstrativo, ou seja, pelo fato de basear-se na interferência deliberada dos pesquisadores em termos de suas sugestões e interpretações sobre o grupo, o sucesso estaria praticamente garantido: os pesquisadores sempre encontrariam a presença de um movimento social no seio da luta. Contra isto o autor argumenta:

"Essa objeção requer, em primeiro lugar, respostas gerais. É preciso dizer novamente que a conversão não se julga pelo fato de um grupo consentir, num determinado momento, em aceitar a hipótese apresentada pelo pesquisador. A capacidade do grupo de reinterpretar e orientar sua experiência passada, presente e futura, em função da hipótese apresentada é que indica a solidez desta última. É bom lembrar ainda que o dispositivo atual da pesquisa supõe a intervenção de vários pesquisadores, sobre vários grupos e em várias etapas, muitas vezes com intervalo de meses" (p. 43).

Para comprovar sua argumentação, Touraine se refere à sua experiência no movimento occitano e à rejeição de sua hipótese, assim como de outro pesquisador, apesar do excelente nível de comunicação existente no grupo. Este tipo de fracassos, entretanto, não significa o fracasso do método:

"Prova, pelo contrário, que certos grupos podem fazer sua conversão, ou seja, colocarem-se do ponto de vista do movimento social possível e ao mesmo tempo reconhecer que este movimento não pode encarnar-se em sua ação, a qual, por conseguinte, não pode atingir objetivos tão elevados. A conversão não consiste em reconhecer a presença dos conflitos mais agudos em todas as reivindicações, mas em situá-los em relação a este nível da ação social" (p. 43).

Uma quarta objeção tem sido levantada: a intervenção não considera os fenômenos psicossociológicos que ocorrem dentro do grupo. O autor admite que são vários os fenômenos que podem despertar interesse quando se analisa um grupo, tais como a natureza do laço social (Freud) ou a maneira como o grupo pode comportar-se à mudança e tomar decisões. Na verdade, a intervenção sociológica não opõe o *funcionamento interno* do grupo aos *problemas de luta* da qual seus membros participam; o que ele se propõe é analisar as relações intragrupo à luz das "hipóteses propriamente sociológicas". Dada a importância das modificações internas, os relatórios de pesquisa não são mais exposições sobre as lutas, mas sim, são relatos sobre a história das próprias pesquisas.

Resumindo, podemos dizer que a intervenção sociológica tem as seguintes características:

137

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Acredita:

- 1) que a sociedade se produz ou reproduz a partir das ações históricas (movimentos sociais) dos grupos;
- 2) no indivíduo como motor da história através de suas lutas;
- 3) na necessidade de uma "vanguarda" intelectual no desenvolvimento das lutas populares;
- 4) que a sociologia tem por objetivo não só o conhecimento da realidade societal, mas também a mudança social em benefício do homem;
- 5) na necessidade de abrir espaços para a sociedade civil, invadida pelo Estado;
- 6) na defesa da democracia;
- 7) que a mudança social deve ser provocada.

PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

- 1) A objetividade separação entre o sujeito e o objeto não é necessária no processo de conhecimento;
- o momento de conhecimento pode coincidir com o momento da mudança;
- a neutralidade não é necessária no processo de conhecimento: a ciência deve tomar o partido dos homens e não de alguns homens;
- a generalização na sociedade é problemática: as sociedades atuais são muito diferenciadas e o processo de mudança é muito rápido.

1.3 - A pesquisa-ação institucional

A proposta de Barbier da pesquisa-ação institucional se apoia em três pilares: a sociologia institucional de Bourdieu e

Passeron (1970), o marxismo contemporâneo de C. Castoriadis, de H. Lefebvre e L. Goldmann e no existencialismo de Sartre. Dos primeiros, ele guarda o conceito de "violência simbólica", definida como "todo poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que são a base de sua força" e que "acrescenta a sua própria força a essas relações de força". Este conceito levará a dois níveis de análise: o da lógica interna do objeto social estudado e o da função externa dessa lógica interna. De Castoriadis (1975) ele toma as noções de "instituinte" e "instituído" e de "imaginário social" Em suas palavras:

"Consideramos de forma geral o que está no âmago de toda formação social-histórica: o complexo, ou melhor, o magma de significações imaginárias sociais nas quais e pelas quais ela se organiza e organiza o seu mundo. Uma formação social-histórica é constituída instituindo-se, o que quer dizer, em primeiro lugar (embora não apenas), instaurado um magma de significações (termos e referências) imaginárias (não redutíveis a um 'real' ou 'racional' qualquer) sociais (valendo para todos os membros da formação, sem que sejam necessariamente conhecidas como tais). A análise teórica poderá efetuar uma série de decomposições e de recomposições sobre o que manifesta na superfície de vida da formação considerada (mostrando, por exemplo, que as conexões mais importantes não estão onde os participantes pensam explicitamente que elas se situam); mas o que ele vai encontrar, como princípio e momento decisivo da organização latente que revelará, ainda será um magma de significações imaginárias, colocado pela formação social-histórica considerada, e que se modifica ao longo de uma história - ou mais exatamente, cuja modificação continua constitui uma dimensão decisiva dessa história e a respeito do qual a análise não é livre". 111

^{108.} O autor, entretanto, recorre freqüentemente a outras fontes como Gramsci, Lukács, Bachelard e Weber.

^{109.} Bourdieu e Passeron, citados por Barbier, 1985:144.

^{110.} Castoriadis inicia por uma análise trotskista da burocracia passando à análise weberiana da organização em uma perspectiva crítica (cf. Barbier, p. 78).

^{111.} Castoriadis, citado por Barbier (1985:79).

De Lefebvre (1961) o autor se apropria do conceito de "quotidianidade" ou de "vida quotidiana", que enfatiza o "banal", fundamental para a análise da ação institucional de todo dia. A vida quotidiana é definida por Lefebvre como o "conjunto das atividades elementares decorrentes obrigatoriamente dos processos gerais de desenvolvimento, de evolução, de crescimento, de envelhecimento, de defesa ou de transformação biológica e social, processos que escapam à observação imediata e que só são perceptíveis nas suas conseqüências". 112

De Lucien Goldmann (1952), discípulo de Lukács, Barbier retoma o conceito de "consciência possível" 113 no sentido de captar esse tipo de consciência na classe social que constitui o sujeito coletivo no momento da pesquisa. A "consciência possível", apesar de distinta do conceito de "ideal-tipo" de Weber, que é - segundo Barbier - não-histórico e formalista, também representa um ideal tipo, por ser uma construção teórica que, "a partir de determinada situação sócio-histórica, define a consciência de um grupo social num momento de sua história. Ele não compreende forçosamente a consciência espontânea que têm os autores sociais envolvidos (o "pseudoconcreto" de K. Kosik). Segundo Goldmann, "cada grupo social pode ser definido pelo máximo possível de sua consciência, que ele não consegue ultrapassar e sobre o qual o grupo pode formular o seu programa máximo de ação" (Barbier: 1985:76). Também de Goldmann é a idéia apresentada por Barbier sobre a noção de "diferença", explicitada quando o primeiro fala sobre a necessidade de "introduzir a diferença até nas obras e nas idéias de Marx em vez de nele procurar um bloco homogêneo". 114

De Jean Paul Sartre, o autor destaca a categoria de "existência" que pretende se contrapor ao idealismo absoluto: "não são as idéias que modificam os homens, não basta conhecer a paixão pela sua causa para suprimi-la, é preciso vivê-la, opô-la a outras paixões, combatê-la com tenacidade, enfim, *trabalhar a si mes*-

mo". 115 É nessa brecha que o autor se respalda para justificar a intromissão do pesquisador na práxis da pesquisa, ou seja, que ele faça parte do sistema experimental para, através disso, desvelar a situação, modificando-a. Novamente Sartre é citado, agora pleiteando maior respeito pela subjetividade: "há duas maneiras de cair no idealismo: uma consiste em dissolver o real na subjetividade; a outra, em negar toda subjetividade real em proveito da objetividade. O fato é que a subjetividade não é tudo nem nada; ela representa um momento no processo objetivo (o da interiorização da exterioridade), e esse momento se ilumina constantemente para renascer sempre como novo". 116 Estas idéias são reforçadas, obviamente, pela oposição de Sartre à razão analítica, propondo, em seu lugar, a legitimidade da razão dialética que permeia toda a epistemologia de Barbier. Além da aceitação da base fundamental do marxismo, consubstanciado no materialismo histórico, o autor define alguns princípios epistemológicos, valendo-se de outro autor (Benoit Verhaegen):

- "o marxismo reconhece a parte da subjetividade nas ciências humanas e ciências da natureza, pela razão fundamental de que a práxis excede constantemente o saber. À razão analítica das ciências da natureza, o marxismo (com Sartre) opõe a legitimidade da razão dialética, que define uma relação nova entre o pensamento e seu objeto;
- a subjetividade das ciências humanas não é obstáculo ao conhecimento; ao contrário, é condição necessária para atingi-lo, à medida que é a prática social - e não a prática científica -, que constitui o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento;
- entre a observação da "consciência comum" e o conhecimento científico não há ruptura (...) mas sim relação dialética, isto é, oposições e superações;
- o marxismo não atribui um status epistemológico privilegiado ao corpo de estudiosos dotados de metodologia científica especializada. A priori ele nega ao conheci-

1 4 1

^{112.} Citado por Barbier, 1985:80.

^{113.} Para uma discussão do conceito de "consciência possível" ver André Haguette (1983).

^{114.} Goldmann (1970), citado por Barbier, 1985:80.

^{115.} Sartre (1960), citado por Barbier, 1985:81.

^{116.} Sartre (1960), citado por Barbier, 1985:82.

mento "erudito", afastado da prática social, a possibilidade de chegar a uma compreensão da realidade social...

- o marxismo só concede um status epistemológico privilegiado ao materialismo dialético que constitui a hipótese metodológica e o quadro referencial teórico capazes de fecundar a observação empírica...
- para o marxismo, a razão, a capacidade de conhecer são produtos da história humana tanto quanto as ferramentas, a cultura, a linguagem, as produções materiais do homem e também as estruturas ocultas da sociedade" (p. 70-71).

Uma vez colocados os referenciais teóricos 117 o autor finalmente apresenta sua definição da pesquisa-ação passando a explicitar os procedimentos metodológicos aos quais obedecerá em sua pesquisa institucional:

"Para mim a pesquisa-ação é uma atividade de compreensão e de explicação da práxis dos grupos sociais por eles mesmos, com ou sem especialistas em ciências humanas e sociais práticas, com o fim de melhorar esta práxis. A pesquisa-ação institucional é um tipo particular de pesquisa-ação cujo objeto refere-se ao campo institucional no qual gravita o grupo em questão. Trata-se de desconstruir, através de um método analítico, a rede de significações das quais a instituição é portadora, enquanto célula simbólica. A pesquisa-ação institucional é levada a empregar conceitos fundamentais como os de transversalidade, implicação, analisador, grupo-sujeito e grupo-objeto" (p. 156-157).

Quatro elementos devem ser enfatizados na definição:

a) o processo de compreensão; b) de explicação; c) *pelo grupo*; d) *para a prática*. Quanto à instituição, enquanto objeto de estudo: é vista não só como um *locus* de "violência" (Bourdieu e Passeron), mas como um *locus* do "imaginário social" (Castoriadis) cujas *significações* são quase sempre ocultas ou não ditas e que devem ser desveladas pelo grupo, através da análise de sua

117. É admirável a liberdade com que Barbier manipula os vários autores, extraindo deles o que lhe interessa, montando um sistema eclético coerente. Lembramo-nos de outras formas de marxismo dogmático que repudiam este tipo de postura, por estarem manietados pela camisa de força da ortodoxia.

quotidianidade, da "interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade". Estas significações são mais ou menos apreendidas pelo grupo de acordo com sua "consciência possível" (Goldmann) naquele momento. Cabe, pois, ao pesquisador impulsioná-lo para que ele atinja o "máximo de consciência possível" e, de acordo com ela, possam ser formulados programas de ação pelo próprio grupo.

Em termos epistemológicos percebe-se as etapas do conhecimento que se inicia com a prática, passa dele para a compreensão, depois para a explicação, retornando à prática. Faz-se mister destacar o duplo sentido que a noção de prática contém. Em primeiro lugar trata-se da prática social do grupo enquanto tal e. em segundo, da prática do pesquisador no grupo. As duas práticas se misturam e se unem, fazendo surgir o conhecimento também para as duas partes, grupo e pesquisador. A prática, entretanto, não deve ser concebida apenas nos seus componentes externos, aparentes, mas deve levar em conta a subjetividade dos atores e suas definições ou consciência possível da situação. Neste sentido a consciência é subjetividade e, em certo momento, é captada como um dado objetivo (Sartre). Existe, pois, um processo dialético entre subjetividade e objetividade que deve ser observado pelos dois pólos. Dentro deste processo o conceito de transversalidade remete à tripla dimensão da luta de classes, econômica, política e ideológica, que impõe sobre a instituição (imaginário social) sua verticalidade consubstanciada na hierarquização interna, criando o grupo-objeto, ou dominado, que deve, com a ajuda do analisador (pesquisador), transformar-se em grupo-sujeito, senhor de sua própria práxis e de seu projeto: "Em busca incessante, sempre meio caminho de sua totalidade, o grupo-sujeito é a estrela polar de toda práxis coletiva realmente instituinte". 118

Barbier sistematiza sua concepção de pesquisa-ação institucional em sete princípios básicos:

1º) "a pesquisa-ação institucional tem por objeto o conhecimento preciso e esclarecido da práxis institucional do grupo (e pelo

^{118.} Felix Guattari. *Psichanalyse et transversalité*. Paris, Maspero, 1972, citado por Barbier, 1985;159.

grupo), a fim de dar-lhe a possibilidade de saber mais e de poder agir melhor sobre a realidade;

- 2º) toda pesquisa-ação institucional supõe uma relação dialética entre o grupo-pesquisador coletivo – e o objeto de sua pesquisa, bem como o esclarecimento de sua rede de implicações;
- 3º) a necessária pesquisa da objetivação na pesquisa-ação institucional está subordinada à práxis do grupo, pesquisador coletivo na instituição. O objeto de conhecimento é construído, conquistado e constatado no rastro da práxis institucional e em função dela. O material a ser analisado é, pois, reconstituído posteriormente pela práxis coletiva e conservado pelos mais diversos meios técnicos;
- 4º) sem excluir o material clássico da pesquisa em ciências humanas e sociais - como, por exemplo, a estatística - o material simbólico ou prático (geralmente rejeitado pela sociologia acadêmica positivista), tal como os fenômenos marginais, os casos clínicos etc. é considerado de modo privilegiado na pesquisa-ação institucional;
- 5º) a análise é diacrônica e dialética: supõe uma epistemologia clínica da temporalidade para poder aprender a tendência geral de evolução da práxis coletiva ou tendência da práxis;
- 6º) o conhecimento da tendência da práxis impõe o conhecimento de "momentos" significativos, totalidades parciais dialéticas suscetíveis de serem analisadas sincronicamente (decodificação).

Esses "momentos" analisados em sua complexidade horizontal não são o ponto essencial da pesquisa-ação, mas constituem "marcos" indispensáveis à compreensão da dialética evolutiva da práxis. Cada "momento" é concebido na análise como uma trama de contradições dinâmicas, estruturada principalmente pelas contradições de uma totalidade englobante significativa, que o olhar do pesquisador coletivo implicado fixa, através de uma convenção epistemológica e um procedimento de "desdobramento" (como se práticas e discursos, objetos de análise, não viessem dele);

7º) o resultado provisório de uma pesquisa-ação institucional só pode ser explicado por sua inserção numa estrutura englobante significativa, que é por sua vez elemento de um conjunto em via de totalização. O conhecimento da tendência da práxis de um elemento A supõe, portanto, o conhecimento paralelo da tendência de uma práxis de um elemento B ao qual pertence A".

Obedecendo a estes princípios a metodologia adotada para a análise da instituição desdobra-se em duas partes: a) análise diacrônica e dialética do campo institucional nos grupos e nas organizações, ou seja, a socioanálise institucional; b) a análise sincrônica do campo dialético da instituição nos grupos e nas organizações: a sociología institucional. 169 A primeira parte é desenvolvida em cinco fases fundamentais: A primeira, parte da "serialidade" - agrupamento de pessoas sem organização, integração ou fim comum - a "fraternidade duvidosa" - artificial que se instala nos primeiros momentos da pesquisa-ação. A segunda chega à "ação implícita das implicações dos membros do grupo", quando as diferenças emergem, as tensões surgem e o perigo de divisão do grupo se torna iminente. A terceira fase diz respeito à "confrontação das diferenças" quando normalmente ocorrem a passagem do grupo-objeto ao status de grupo-sujeito. A quarta fase desvenda as redes de contradições institucionais como um fenômeno "incontornável" que deve ser assumido pelo grupo. Finalmente, a quinta fase leva à superação das contradições assumidas pelo grupo-sujeito. A primeira fase representa o momento da "unidade positiva", a terceira o da "unidade negativa" e a quinta, o da "singularidade", fechando o circuito dialético.

Os exemplos fornecidos pelo autor indicam que uma pesquisa-ação institucional do gênero proposto pode se desenvolver no espaço de vários anos, com sessões trimestrais de vários dias, com a participação de, aproximadamente, trinta pessoas com idade, sexo, origem social e organizações diferentes, mas ligadas

^{119.} Estas duas faces assemelham-se à proposta de Bourdieu e Passeron: a) análise da lógica interna do objeto social estudado; b) análise da função externa dessa lógica interna, dialetizadas por Barbier.

por um vínculo comum: o pertencimento a uma mesma instituição.

2 – A pesquisa participante

2.1 - Definição e características

A pesquisa participante tem sido mais facilmente caracterizada do que definida na literatura especializada. Percebemos de imediato que ela envolve um processo de: investigação, de educação e de ação, embora alguns autores enfatizem a organização como um componente fundamental da PP (Gianotten e De With, 1985). Apesar da clareza com que estes componentes são explicitados empiricamente, restam muitas ambigüidades a nível das especificidades da PP quando confrontada com a pesquisa tradicional, sempre utilizada como referencial, mas sempre no intuito de apontar "o que não deve ser feito". Pretendemos, ao longo deste capítulo, apresentar, primeiramente, a PP na forma como ela tem sido concebida e praticada, em seguida expor os questionamentos que têm sido levantados pelos próprios adeptos do método e, finalmente, exibir certas inconsistências ou precariedades que devem ser discutidas, não dentro de uma perspectiva negativista mas, ao contrário, construtiva. Com Brandão (1984:14) acreditamos na necessidade da "crítica científica e da crítica política das diferentes propostas de PP"; depois de tantos anos de prática no Brasil, muitas vezes envolta nas brumas da ilegalidade, na década de setenta o temor da subversão por parte daqueles no poder cerceava a possibilidade de uma exposição da prática e de sua crítica aberta. Esta limitação explica em parte o número reduzido de textos publicados sobre as experiências de PP no Brasil. Por outro lado, não queremos nos restringir a eles, mas pretendemos abarcar em nossa discussão a literatura à qual tivemos acesso e que envolve, basicamente, os dois livros organizados por Carlos Rodrigues Brandão (1983 e 1985) através dos quais conhecemos a gama diferenciada de propostas de PP, assim como os questionamentos e indagações geradas na própria prática.

120. No caso, o oficio Franco-alemão para a Juventude - OFAJ.

Algumas poucas definições foram captadas. Fals Borda (1983:43) assim se refere à PP: "... uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo (Huynh, 1979) que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior".

Oliveira e Oliveira (1983:26) utilizam o termo metodologia de pesquisa-ação concebendo-a como "uma proposta políticopedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido". Demo (1985:126) reproduz uma definição de PP expressa por Grossi, por ocasião de um encontro em Montreal em 1977: "É um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos. Portanto, é uma atividade de pesquisa educacional e orientada para a ação. Em certa medida, a tentativa da PP foi vista como uma abordagem que poderia resolver a tensão contínua entre o processo de geração de conhecimento e o uso deste conhecimento, entre o mundo "acadêmico" e o "real", entre intelectuais e trabalhadores, entre "ciência" e "vida".

Os elementos enfatizados nas definições citadas que nos parecem mais relevantes são:

- a realização concomitante da investigação e da ação;
- a participação conjunta de pesquisadores e pesquisados;
- a proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica);
- o objetivo de mudança ou transformação social.

Enquanto os três primeiros elementos parecem consensuais em todas as propostas, o quarto tem levado a diferentes tipos de prática. Falar de mudança social e de transformação implica na especificação: a) do que está sendo transformado; b) em que direção. A ambigüidade do termo conduz à ambigüidade da ação. Assim é que certas experiências de PP se resumem à análise da realidade dos oprimidos pelos oprimidos, com a ajuda dos pesquisadores, à identificação de seus problemas e a sua solução. 121 Este tipo de resultado pode produzir efeitos reformistas, conservadores ou até reacionários, pelo fato de deixar intactas as estruturas responsáveis pela própria condição de "oprimidos" dos pesquisados. São ações paliativas que, na verdade, levam à "permanência histórica" (Demo, 1985:121). Entretanto, devemos admitir quão difícil e, quiçá, até impossível um trabalho de natureza transformadora junto a uma comunidade cuja "consciência possível" não atingiu o limite de suas potencialidades. Por outro lado, pode-se também conceber que a própria criação do saber é uma fonte de poder, o que, a longo prazo, poderia colaborar no projeto de transformação social (Demo, 1985:121). Retornaremos a este ponto oportunamente.

Gianotten e De With (1985:159) apresentam, para em seguida reformular, uma concepção usual de PP como "um processo de investigação, educação e ação onde há a participação da comunidade juntamente com um compromisso intelectual apontando para a transformação social". Esta definição é incompleta porque trata apenas de certas condições necessárias, mas não suficientes para que se identifique uma PP como tal. Para estes autores, o componente que precisa ser incorporado é o elemento de organização político-econômico, instância mediadora, que promove a passagem do saber popular ao saber orgânico (científico). Vejamos a nova proposta de definição de PP de Gianotten e De With: "PP é aquela investigação em que existe um trabalho orgânico de assessoria para que a investigação se converta em uma investigação orgânica; em outras palavras, quando a parti-

cipação se situa no processo orgânico de produção de conhecimento, no qual o conhecimento popular espontâneo transformase em conhecimento popular orgânico (conhecimento científico organizado)".

Devemos proceder agora ao desmembramento das definições de PP para que suas especificidades sejam expostas com clareza. Aqui, também, encontramos na literatura alguns exemplos que merecem ser conhecidos:

Brandão (1985:223-224) enuncia os três princípios fundamentais da PP que, ao mesmo tempo que representam uma crítica à pesquisa tradicional, servem de justificativa para a própria PP, entendida como uma alternativa àquela: "Primeiro: a possibilidade lógica e política de sujeitos e grupos populares (operários, suboperários, lavradores sem terra, posseiros, camponeses, imigrantes, homens e mulheres de lugares e trabalhos servis) serem os produtores diretos ou, pelo menos, os participantes associados do próprio saber orgânico de classe, um saber que nem por ser popular deixa de ser científico e crítico. Um saber que oriente a ação coletiva e que, justamente por refletir a prática do povo, seja plenamente crítico e científico, do seu ponto de vista. Segundo: o poder de determinação de uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa, tenha ela tido ou não a participação de sujeitos populares em todas as suas etapas. Terceiro: o lugar e as formas de participação do conhecimento científico erudito e de seu agente profissional do saber, no 'trabalho com o povo' que gera a necessidade da pesquisa, e na própria pesquisa que gera a necessidade da sua participação". Destaca-se aqui: a) a relação sujeito/objeto de pesquisa; b) o uso do saber produzido; c) o papel do conhecimento erudito no trabalho popular, os três pilares sobre os quais se tecem as críticas ao método científico tradicional e, por oposição, se propõem alternativas, consubstanciados nas diversas propostas.

Vejamos um outro exemplo de caracterização da PP elaborada por Gianotten e De With (1985:169) que tomaram por base as "proclamações" deste tipo de pesquisa feitas no decorrer dos anos:

"1. a investigação não pode aceitar a distância tradicional entre sujeito e objeto de pesquisa, por isso deve-se buscar a

^{121.} Exemplos desse tipo são o planejamento participativo (educação) descrito por Argumedo (1985), no interior do Ceará, e a PP desenvolvida por Gianotten e De With (1985), nos Andes peruanos, em um contexto de economia camponesa onde problemas comunitários ligados à sanidade animal foram resolvidos.

participação ativa da comunidade em todo o processo da investigação;

2. a comunidade tem um acúmulo de experiências vividas e de conhecimentos; existe, portanto, um saber popular, que deve servir de base para qualquer atividade de investigação em benefício dela. É a comunidade que deve ser o sujeito da investigação sobre sua própria realidade;

3. a PP estabelece assim uma nova relação entre teoria e prática, entendida esta última como a ação para a transformação;

4. o processo de PP considera a si mesmo como parte de uma experiência educativa que serve para determinar as necessidades da comunidade e para aumentar a consciência;

5. a PP é um processo permanente de investigação e ação. A ação cria a necessidade de investigação. A PP nunca será isolada da ação, desde que não trate de conhecer por conhecer;

6. a participação não pode se efetivar sem um nível adequado de organização, ou seja, as ações devem ser organizadas".

Novamente os autores insistem que estas são condições necessárias mas não suficientes para especificar a PP, pois está ausente da caracterização a "instância mediadora" ou "organização" que garante a pesquisa-orgânica. Assim sendo, podemos incorporar uma sétima característica à PP:

"7. A PP necessita da presença de uma organização que gera a ação, 'uma vez que a ação em última instância é uma ação política'. É a organização que caracteriza o esforço da pesquisa como um trabalho de assessoria (trabalho do pesquisador profissional)".

Os autores, entretanto, não especificam a natureza da organização, o que cria certa ambigüidade. Referimo-nos ao fato da organização poder ser interna ao grupo, onde a instância decisória reside no grupo ou na comunidade, ou externa ao grupo, como no caso de certas agências (igreja) que desenvolvem práticas setoriais e cujo poder de decisão está fora do grupo. No segundo exemplo, o "profissional erudito" funciona apenas como um "agente de mediação" entre a agência e a comunidade, presa das contradições entre as diretrizes do trabalho que realiza e as

necessidades das classes populares (Brandão, 1985:114, nota 1). Neste caso, a assessoria prestada pelo pesquisador profissional não se efetuaria conforme proposto por Gianotten e De With.

Um terceiro exemplo de caracterização da PP se encontra em Le Boterf (1985:72-73)¹²² que discorre sobre os principais critérios que a distinguem:

- "A escolha dos problemas a serem estudados não se efetua a partir de um conjunto de hipóteses previamente estabelecidas pelos pesquisadores, mas tem sua origem nas situações sociais concretas que os pesquisadores que participam do processo de pesquisa querem estudar e resolver. A tarefa dos pesquisadores consiste em auxiliar os grupos interessados a formular e analisar os problemas que estes mesmos desejam estudar;

- existe entre a pesquisa e a ação uma interação permanente. A produção de conhecimento se realiza através da transformação da realidade social. A ação é a fonte do conhecimento e a pesquisa constitui, ela própria, uma ação transformadora. A pesquisa-ação é uma práxis, isto é, ela realiza a unidade dialética entre a teoria e a prática. Através da pesquisa, produzem-se conhecimentos que são úteis e relevantes para a prática social e política;

- a pesquisa-ação intervém em situações reais e não em situações de laboratório. Trata-se de um trabalho com grupos reais, com as limitações e recursos existentes, 'na sua real grandeza', e não nas condições artificiais em que se dá, por exemplo, a maioria das experiências de 'dinâmica de grupo' oriundas da corrente psicossociológica;

– a intervenção se dá numa escala relativamente restrita (uma 'coletividade rural', região, organização, ou um bairro etc.). Essa limitação voluntária da área de ação deve permitir um controle melhor do processo e uma avaliação mais rigorosa dos resultados obtidos. Esta característica é acompanhada, aliás, de hipóteses (implícita ou explícita) e da possibilidade de generalização dos resultados e do processo a uma escala mais ampla;

^{122.} De origem francesa, o autor muitas vezes utiliza o termo pesquisa-ação ao invés de pesquisa participante mais referida na América Latina. Consideramos os termos intercambiáveis para os fins da presente discussão.

- a PP se coloca a serviço dos grupos ou categorias sociais mais desprovidas e exploradas. Ela busca não somente desencadear ações suscetíveis de melhorar as suas condições de vida, mas também desenvolver a capacidade de análise e resolução dos problemas que enfrentam ou com os quais convivem cotidianamente. Torna-se, pois, importante que a PP ou a pesquisa ativa esclareça 'para quem' se trabalha. O pesquisador não é neutro, pois se coloca a serviço dos mais oprimidos e 'desfavorecidos'. Esta 'tomada de posição', longe de ser fácil, necessita de um trabalho permanente de reflexão crítica do pesquisador sobre as implicações teóricas e metodológicas de sua intervenção e do processo de pesquisa-ação. Essa função que o pesquisador desempenha constitui determinado poder que não deve ser mascarado por uma ideologia de orientação neutra e não-diretiva;
- a pesquisa-ação consiste num processo educativo. Ao participar do próprio processo da pesquisa e da discussão permanente dos resultados obtidos, os pesquisados podem adquirir um conhecimento mais objetivo de sua situação, assim como analisar com maior precisão os seus problemas, descobrir recursos de que dispõem e formular ações pertinentes;
- os 'pesquisados' participam não apenas da discussão dos resultados da pesquisa, mas, sobretudo, do processo desta. A função da pesquisa-ação não é a de ser 'propriedade privada' dos especialistas. Ela deve ser compartilhada, sendo possível traçar aqui algumas analogias com a distribuição da função de intelectual desejada por Gramsci".

Do exposto percebe-se que a finalidade transformadora da PP está ausente desta proposta,isto é, seus objetivos são imediatistas, não visando uma mudança estrutural.

Finalmente, apresentaremos as características do processo da PP segundo Budd (1981, citado por Demo 1985:21):

- "a) o problema se origina na comunidade ou no próprio local de trabalho;
- b) a finalidade última da pesquisa é a transformação estrutural fundamental e a melhoria de vida dos envolvidos. Os beneficiários são os trabalhadores ou o povo atingido;

- c) a PP envolve o povo no local de trabalho ou a comunidade no controle do processo inteiro da pesquisa;
- d) a ênfase da PP está no trabalho com uma larga camada de grupos explorados ou oprimidos: imigrantes, trabalhadores, populações indígenas, mulheres;
- e) é central para a PP o papel de reforço à conscientização do povo de suas próprias habilidades e recursos, e o apoio à mobilização e à organização;
- f) o termo 'pesquisador' pode referir-se tanto à comunidade ou às pessoas envolvidas no local de trabalho, como àqueles com treinamento especializado;
- g) embora aqueles com saber-treinamento especializado muitas vezes provenham de fora da situação, são participantes comprometidos e aprendizes num processo que conduz mais à militância que ao distanciamento".

Aqui o componente transformador da PP, ou seja, sua finalidade última em transformar as estruturas é acentuado, embora o autor reconheça também a melhoria de vida da população como uma das metas, sem que as condições concretas da categoria estudada ou da comunidade se alterem fundamentalmente. Podese entender que o fator antecedente da transformação seja o elemento educativo, o saber popular orgânico gerado no processo de investigação que, a longo prazo, poderá levar a transformações estruturais. Neste sentido, torna-se difícil e problemática a avaliação da "validade" da PP uma vez que seus efeitos só aparecem no tempo.

2.2 - Fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa participante

Entendemos que toda metodologia nas ciências sociais, no sentido *latu* do termo, tem por trás de si uma série de pressupostos de ordem teórica e metateórica, que dizem respeito à natureza da sociedade – aspecto propriamente sociológico –, às facilidades e dificuldades de obter o conhecimento desta sociedade – aspecto

^{123.} Aqui entendida como a compatibilidade entre os resultados obtidos e o real.

epistemológico - e às formas como este conhecimento deve ser adquirido - aspecto metodológico. Permeando todos eles estão os pressupostos ideológicos que, em última instância, fornecem ao pesquisador a "fé" necessária de que certas explicações sobre a realidade são mais verossímeis que outras. Assim sendo, a metodologia é, de certa forma, determinada pelas visões de mundo que o pesquisador tem em um dado momento 124 de sua vida profissional. Quanto mais dinâmica for a sociedade na qual ele está inserido, mais exposto estará às causas e efeitos das mutações e, consequentemente, por sua própria formação, um nível mais alto de reflexão e de crítica será exigido dele para que "compreenda" a realidade que se apresenta à sua frente. Entretanto, conhecer o real não é suficiente para o cientista social que convive e labuta em um contexto de desigualdades e injustiças como acontece na América Latina e em continentes subdesenvolvidos. É necessário que ele contribua para a minimização, ou mesmo eliminação destas desigualdades e injustiças sociais. Porque, enquanto sociólogo, ele é parte do meio - de uma classe, de uma religião, de uma etnia etc. Ele não pode se dar ao luxo de simplesmente conhecer, o que representa o primeiro passo de suas atribuições. Ele tem que denunciar - o segundo passo -, isto é, divulgar para a sociedade mais ampla os mecanismos da exploração e da desigualdade. Até aqui, acreditamos, certos cientistas sociais latino-americanos e outros têm desempenhado a contento suas tarefas de "fiscais" (no bom sentido do termo) da igualdade, da justiça, da democracia. O terceiro passo nas atribuições do cientista social, passo que muito poucos dão, tem a ver com o agir, com sua interferência deliberada no real, no intuito de apressar as transformações requeridas para a instalação de uma sociedade mais justa e mais digna.

Traçando o percurso do cientista social na sua prática profissional, desejamos expor nossa concepção sobre seu papel, fugindo da visão maniqueísta: aqueles que só "conhecem" são os maus enquanto aqueles que "agem" são os bons. Os três tipos

124. Referimo-nos a "um dado momento" porque acreditamos que, sendo parte do social, que é intrinsecamente dinâmico, o investigador está também sujeito a mudanças em seu modo de pensar e de agir, através do tempo.

existem e, de forma diferente, prestam seus serviços. 125 Acreditamos também na existência de uma gama de aptidões que, em maior ou menor grau, os cientistas sociais são possuidores. Existem qualidades inatas que a formação sistemática não tem condições de fornecer. Assim é que aqueles agraciados "com o dom" da comunicação e da eloqüência se tornam excelentes professores enquanto outros, pacientes, curiosos, criativos e pertinazes buscam a investigação e a pesquisa como pilar mestre de sua profissão. Raros são aqueles que reúnem as qualidades e requerimentos do bom professor e do bom pesquisador. O bom treinamento pode fornecer as ferramentas, mas nunca suprirá a vocação inata.

A PP é uma metodologia de abordagem do real que se propõe a atingir aquele terceiro passo – o agir –, exibindo com certa clareza seus pressupostos que passaremos a discutir, tentando agrupá-los em categorias como: a) pressupostos sobre a sociedade ¹²⁶; b) pressupostos epistemológicos; c) pressupostos metodológicos. Concomitante com a exposição das posturas adotadas pela PP incluiremos não só os questionamentos surgidos no interior desta prática, como nossas próprias reflexões sobre ela.

a) Pressupostos sobre a sociedade

A sociedade é constituída por elementos materiais e simbólicos que se entrelaçam e se consubstanciam em realidade concreta, segundo a percepção que deles tenha a população envolvida; ela é, pois, um misto de aspectos objetivos e subjetivos. Esta percepção, entretanto, não é homogênea, variando segundo a posição que os indivíduos e os grupos ocupam na estrutura social, ou seja, a partir de sua posição de classe. A divisão em classes sociais é conseqüência da apropriação das riquezas por poucos, através da exploração econômica, o que gera a pobreza e a miséria de muitos.

^{125.} Uma vez que entendemos que, por definição, o cientista social compartilha o ideal da igualdade, nos eximimos de incluir nesta categoria aqueles que, em se dizendo cientistas sociais, prestam serviços aos grupos dominantes. Por outro lado, admitimos que "conseqüências não esperadas" possam favorecer o pólo negativo da igualdade.

^{126.} Os pressupostos ideológicos estão incluidos neste item.

A condição de opressão a que estes muito estão sujeitos pode ser modificada mediante lutas libertadoras que devem ser empreendidas pelas populações oprimidas, com a ajuda dos "intelectuais eruditos" que colocarão a serviço delas seu saber e competência.

Além do poder econômico, existe o poder do "saber" que tem se tornado, através dos tempos, monopólio dos grupos dominantes. Isto não significa que os oprimidos não possuam saber, eles o possuem, mas não têm consciência do valor que este saber representa. Com a ajuda dos intelectuais engajados, este saber tradicional pode se transformar em saber orgânico, instrumento da luta contra a dominação que deve obedecer à temporalidade dos oprimidos, ao ritmo de sua "consciência possível" e das condições objetivas de transformação.

Esta visão é mesclada de valores cristãos e marxistas sobre a dignidade do homem, a importância da vida e da ação comunitárias, a necessidade de "estar do lado dos humildes" e de lutar por sua valorização e libertação.

b) Pressupostos epistemológicos

A ciência é social, isto é, ela é um produto do intelecto humano que responde a necessidades concretas de determinado momento histórico, necessidades estas definidas pelos grupos no poder. Logo, ela é também histórica, situada. Seus métodos regras e técnicas de produção de conhecimento - são avaliados por homens que formam a comunidade científica. Enquanto homens, os cientistas são possuidores de interesses, motivações, emoções e superstições; enquanto membros de determinada classe - a dominante, ou a serviço dela - os cientistas definem o campo "do científico" a partir dos interesses objetivos daquela classe. Consequentemente, nem a ciência é neutra, nem a forma de produzi-la - processo de geração de conhecimento. Não é neutra porque seus usos e frutos são apropriados por algumas classes e não por todas; as ciências sociais não são neutras porque se transformaram em instrumentos de controle social em benefício do status quo, ou seja, da manutenção das desigualdades sociais e da submissão dos grupos que questionam o consenso.

A pretensa neutralidade política da ciência não pode servir de garantia de cientificidade. A falsa neutralidade da ciência se combina à falsa neutralidade de seu método, ou métodos, especialmente nas ciências sociais, que, ao postular sua possibilidade e desejabilidade, esquecem a condição de classe dos pesquisadores, fator de consolidação das situações de opressão e de desigualdade. Também por ser parte do social, o cientista social não pode ser objetivo, nem com relação à escolha de seu objeto de pesquisa, nem com relação à forma de captação das informacões. Elas são plenas de desvios ocasionados por sua ideologia, valores, interesses, enfim, por sua subjetividade. Da mesma forma, seus métodos, na maioria das vezes, negligenciam os aspectos subjetivos (da população estudada), que também são componentes do real, pois são eivados dos princípios positivistas que regem os métodos das ciências sociais. Um dos aspectos mais negativos deste método é a postulação de separação entre sujeito e objeto de pesquisa o que, ao invés de propiciar uma maior objetivação na captação do dado, contribui para seu conhecimento parcial ou mesmo seu desconhecimento. O envolvimento deliberado do investigador na situação da pesquisa é não só desejável, como essencial, por ser esta forma adequada de produzir conhecimento. Por outro lado, esta postura não pode ser unilateral. Também a população pesquisada tem que se envolver na pesquisa, de forma que pesquisadores e pesquisados formem um só corpus na busca do conhecimento: o conhecimento só pode ser gerado na prática participativa que fornece a interação entre o saber popular e o saber erudito que se fundem no processo educativo mútuo e devem levar à ação transformadora da condição de dominados. Por esta razão este tipo de produção de conhecimentos se faz entre os dominados e oprimidos.

Na verdade, conforme demonstraremos a seguir, os questionamentos dos adeptos da PP dirigem-se, com maior ou menor intensidade dependendo do autor, a vários alvos: 1) ao princípio da neutralidade científica; 2) ao requisito de objetividade na pesquisa científica; 3) ao problema ético da utilização das classes baixas como "objeto" de estudo; 4) ao papel do pesquisador como fator de consolidação/transformação da sociedade. Como

pressuposto básico norteador das críticas está a convicção no caráter político da atividade científica.

O princípio da neutralidade científica é combatido nos seguintes termos:

"Na verdade, esta ciência que se queria neutra, apolítica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social. Empregados por agências governamentais, os cientistas sociais contribuíram para a implantação gradual de toda uma série de instituições de controle social – desde a escola e o hospital até o asilo psiquiátrico e a prisão – cuja finalidade é modelar o comportamento de todos pelos padrões de normalidade definidos pelos donos do poder" (Oliveira e Oliveira, 1983:22-23).

"... não pode haver valores absolutos no conhecimento científico porque este irá variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas na formação e na acumulação de conhecimento, ou seja, na sua produção... Além do mais esta comunidade científica ocidental exerce uma nítida influência sobre a manutenção do status quo político e econômico que cerca o sistema industrial capitalista dominante. Sob essas condições, evidentemente, a produção de conhecimento nesse nível acha-se orientada para a preservação e fortalecimento do sistema" (Fals Borda, 1983:44). [27]

Acreditando-se, assim, que a ciência se orienta para atender aos interesses das classes dominantes, estes autores passam a argumentar sobre a necessidade: a) de uma ciência identificada como uma "ciência" ou "cultura emergente" ou "subversiva" (Fals Borda, 1983:45), b) de uma "opção libertadora" (Freire, 1983:35) ou c) de uma nova metodologia: da "pesquisa-ação" (Oliveira e Oliveira, 1983:26).

Em que consiste cada uma dessas propostas? A cultura emergente ou "subversiva" representa o outro lado da medalha

127. "Orlando Fals Borda é reconhecido como o iniciador da 'linha sociológica' da pesquisa participante na América Latina" (Brandão, 1981:131, nota do organizador).

do conhecimento que favorece os interesses de classe. Seria a valorização da ciência popular que tanto contribui para o próprio desenvolvimento da ciência tradicional. Esta valorização e recuperação, entretanto, só podem ser efetuadas através de uma metodologia específica que propicie uma interação mais íntima entre pesquisador e pesquisados. "É preciso, pois, aproximar-se das bases da sociedade, não apenas com o objetivo de entender sua própria versão de sua ciência prática e expressão cultural, mas também para procurar formas de incorporá-las às necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico" (Fals Borda, 1983:47). A PP é, assim, o instrumento adequado para fazer a revolução do modelo de submissão da ciência às classes dominantes.

A PP tem, pois, várias pretensões: atender ao desejo originado da urgência "de se ter uma ciência do homem, crítica e integrada, que seja tanto modesta quanto realista" (p. 60); deslocar a pesquisa das universidades para o campo da realidade concreta e reduzir as diferenças entre sujeito e objeto de estudo. Assim fazendo, estariam preservados os valores essenciais do homem comum e contribuindo para a proteção de seus interesses.

Vejamos agora como a perspectiva de Fals Borda com relação à PP se relaciona com os quatro questionamentos referidos no início desta discussão. Com respeito à *neutralidade científica* está evidente que o autor não a admite, postura, aliás, já quase generalizada dentro das ciências sociais. O requisito de objetividade, entretanto, é referido de forma ambígua. Algumas passagens indicam que o processo revolucionário do modelo de submissão de classe ao conhecimento burguês não prescinde da ciência tradicional, mas utiliza-a como arma para a própria revolução:

"Mas essa revolução não implica necessariamente o abandono de todo conhecimento que possibilitou a dominação burguesa, como se deu anteriormente com o feudal. Pelo contrário, pode-se antecipar que as descobertas tecnológicas realizadas pelos cientistas burgueses podem ser benéficas para as classes proletárias e ajudá-las a fortalecer o seu poder, uma vez alcançado através da ação política. Portanto, não é imperativo destruir o anterior para se

empenhar numa reconstrução de acordo com novos planos científicos revolucionários" (p. 46).

Por outro lado, esta própria ciência é desvirtuada em seus resultados por não ser neutra, e esta falta de neutralidade leva-a à falta de objetividade com relação à eleição de prioridades de seus objetos de pesquisa e a uma conseqüente deturpação na compreensão da realidade. A atuação científica deve ser reordenada para tornar-se útil à sociedade como um todo e, para ter certeza disto, o cientista ativo deve se questionar: "Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos?" "A que se destina o conhecimento científico e quem dele se beneficia?" Ser cientista hoje significa estar compromissado com o presente e com o futuro. É aqui, a nosso ver, que se coloca com mais ênfase o papel político da ciência e o compromisso político do pesquisador.

O terceiro aspecto da crítica à pesquisa tradicional relaciona-se, conforme já referido, ao problema ético da utilização das classes baixas como "objeto" de estudo. Neste sentido a pesquisa tradicional é vista como um mecanismo de intermediação do controle exercido pelas classes dominantes sobre as dominadas. As investigações, de modo geral, têm como objeto de estudo os "marginais", os "oprimidos", os "contestatórios", que são analisados, quantificados e programados de fora pelo opressor ou por aqueles que o representam. São sempre aqueles que detêm o saber e o poder social que, com o auxílio dos instrumentos científicos, determinam unilateralmente o que, como e quando deve ser pesquisado e que decidem sobre o destino a ser dado ou o uso a ser feito dos resultados da pesquisa. Os grupos "observados" não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita sobre eles e nunca com eles (Oliveira e Oliveira, 1983:18).

Como conseqüência destas práticas, o trabalho científico tem-se dividido em dois lados opostos: "o lado 'popular' dos que são pesquisados para serem conhecidos e dirigidos, *versus* o lado 'científico', 'técnico' ou 'profissional' de quem produz o conhecimento, determina os seus usos e dirige 'o povo' em seu próprio nome ou, com mais freqüência, no nome de quem trabalha" (Brandão, 1983:10). A PP surgiu, pois, da angústia de alguns pesquisadores que iniciaram um processo de questionamento sobre a finalidade do conhecimento que produziam, sobre os usos

deste conhecimento e sobre os beneficiários deste conhecimento. Surgiu da necessidade sentida por eles de incorporar os "pesquisados" como sujeitos de um trabalho comum de geração de conhecimento, onde pesquisadores e pesquisados conhecem e agem em busca da transformação de estruturas sociais desigualitárias. Assim, o problema ético de "utilização" das classes baixas como objeto de estudo se agrega àquele propriamente epistemológico de separação entre sujeito e objeto de pesquisa, superação esta que obstaculiza a produção de conhecimento, já abordado anteriormente.

O quarto alvo das críticas à pesquisa tradicional se direciona para o papel do pesquisador como fator de consolidação das formas iníquas de organização societal, sob o argumento de que, ao conceber o "conhecimento em si", como finalidade da ciência, o pesquisador tradicional se exime de interferir no ambiente da pesquisa numa tentativa de transformar aquelas estruturas. Ainda em nome do postulado da objetividade, que tem como imperativo o distanciamento entre sujeito e objeto para que os valores, ideologias e preconceitos do pesquisador não aportem desvios aos dados obtidos, o investigador não somente mascara sua interferência que é inevitável, como se acomoda a um tipo de conhecimento incompleto por não incorporar a população estudada como "investigadora de si própria", o que propiciaria dados mais "reais" e fidedignos.

Os pressupostos da PP concluem, pois: a) que a ciência social não é detentora de valores absolutos por ser produzida por homens situados historicamente, logo, seus postulados são tão dinâmicos quanto a própria realidade que ele estuda e explica; em conseqüência, b) que os cânones do método científico tradicional – neutralidade, objetividade, validade, confiabilidade, poder de generalização dos resultados, comprovação, refutação etc. – não são necessários nem suficientes para definir a cientificidade do método. Aqueles podem ser eliminados e outros introduzidos. Assim é que alguns adeptos da PP argumentam que a linha demarcatória entre ela e a pesquisa tradicional não está nem na capacidade de produzir mudanças (compromissos políticos) nem na capacidade de produzir conhecimento, mas na capacidade de solucionar problemas de grupos sociais domina-

dos: "Segundo esse critério uma prática pode ser considerada não-científica, na medida em que não tenha capacidade para resolver alguma necessidade social específica" (Argumedo, 1985:196, comentando Oquist); c) que a ação é a fonte de conhecimento: o conhecimento adquirido fora da ação não é reconhecido como conhecimento desde que ele se dá através da práxis que o gera, práxis aqui entendida como unidade dialética entre teoria e prática. Outros aspectos relacionados com a PP merecem um tratamento em separado. É o que faremos a seguir, ao discutir a concepção de participação e suas conseqüências em termos epistemológicos.

Participação

O conceito de participação dentro da perspectiva da PP não é unívoco no sentido de que pode ser concebido tanto com relação aos pesquisadores, quanto com relação à população pesquisada, ou envolvida no processo. Também é importante saber como ela é definida, qual sua finalidade, e em que consiste. Por outro lado, ela não pode ser definida de forma isolada, sem levar em conta os três componentes constitutivos da própria PP, ou seja, o processo de *investigação*, de *educação* e de *ação*.

Primeiramente, a idéia de participação indica que a separacão entre sujeito e objeto de pesquisa, propugnada pelos métodos da pesquisa tradicional, não é obedecida, já que a distância entre os dois é vista como prejudicial à própria geração de conhecimento por parte do pesquisador. A intervenção do pesquisador no meio é condição do conhecimento. A visão da população como "objeto de pesquisa" é rejeitada: a) por razões éticas (desrespeito para com os informantes); b) por razões epistemológicas e metodológicas (o conhecimento "real" sobre a população é produzido quando ela faz parte do processo de investigação); c) por razões ideológicas (as populações oprimidas devem gerar seu próprio conhecimento sobre sua própria realidade com o fim de tomarem consciência sobre a situação de dominação na qual vivem e, de forma organizada, lutarem pela transformação das causas da opressão). Em suma as populações desfavorecidas devem "saber" para "poder". Assim sendo, a idéia de participação envolve a presença ativa dos pesquisadores e de certa população em um projeto comum de *investigação* que é ao mesmo tempo um *processo educativo*, produzido *dentro da ação*. ¹²⁸

A participação é, pois, "uma ação reflexionada em um processo orgânico de mudança", cujos protagonistas são os pesquisadores e a população interessada na mudança. Em que consiste, pois, a participação? Da parte da população envolvida na PP ela se expressa em todo o processo. Na formulação dos objetivos de investigação, na definição de temas e problemas a serem investigados, na coleta (parcial ou total) dos dados, na análise e interpretação das novas informações, na formulação de prioridades para a ação, na identificação de recursos internos e externos à comunidade, na programação das ações, na avaliação permanente das ações, na colocação de novas exigências de informação, formação e ação (De Schutter, 1981, in Gianotten e De With, 1985:170). Entretanto, esta participação ativa pode-se prestar a manipulações quando certas investigações se contentam em introduzir algumas pessoas da comunidade no processo de coleta de informações pensando cumprir as exigências de uma PP. Por outro lado, um projeto sério de PP não deve ter necessidade de "motivar o grupo a participar de algo que é útil para ele", nem pode exigir um compromisso de participação por parte da comunidade; isto seria a "própria negação da legitimidade de um projeto de PP" (Gianotten e De With, 1985:173-174). Este tipo de participação é típico de trabalhos de cunho assistencialista que desde há muito são desenvolvidos em comunidades carentes, e nada têm a ver com a PP. O processo aparentemente parcelar da participação de grupos ou comunidades se configura em uma totalidade que é representada no processo de conversão do "saber popular espontâneo" em um "saber popular orgânico" (conhecimento científico). É nesta perspectiva que a necessidade de motivar a população a participar perde consistência, pois é vista como algo exterior ao processo de aprendizagem. Entretanto, este processo de conhecimento só é possível¹²⁹ mediante a con-

^{128.} A idéia de ação também parece ambígua, pois pode ser entendida como ação/investigação ou como ação projetiva, ou seja, uma ação futura, planejada dentro da investigação.

^{129.} Algumas correntes da PP admitem que o processo de auto-educação, em alguns casos, pode dispensar a presença dos pesquisadores eruditos.

trapartida de participação dos pesquisadores eruditos que, servindo de assessores 130 ou mediadores, têm "sensibilidade para ouvir e compreender o ponto de vista e as razões dos grupos de base", o que representa o primeiro passo na sua atividade de envolvimento e de ser "um ouvinte atento das decisões dos movimentos populares ou de necessidades comunitárias efetivas". O pesquisador deve colocar-se a serviço, não da comunidade, mas "da prática política na comunidade" (Brandão, 1985:141-251). Ele coloca suas ferramentas científicas a serviço desta prática, assumindo a dupla postura de observador crítico e de participante ativo. Ele representa a síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante (Oliveira e Oliveira, 1983:28). Ele não é um pesquisador comum, pois dele são requeridas mais qualidades e mais competência. Dele é exigido "uma grande dedicação e simultâneo domínio das questões teóricas e práticas da investigação" (Thiollent, 1985:101); o respeito 131 para com as populações imersas nos processos sociais que se deseja estudar (Bonilla et alii, 1985; Fals Borda, 1983); "maior rigor na tarefa do investigador militante que deverá constar de técnicas de estudo e ação que permitam apreender a complexa realidade em sua própria função, sem distorcê-la. Isto implica também a prática de uma verdadeira ciência social interdisciplinar na qual a sociologia, a história, a antropologia, a economia e a geografia se combinem na figura do investigador militante de forma simultânea" (Bonilla et alii, 1985:156); uma formação adequada para esta função que inclui elementos como "o método da pesquisa participante, a sociologia de conhecimento, a dinâmica de grupo, a tecnologia (utilizada no meio estudado), os métodos e técnicas de educação popular" além de "um bom conhecimento de uma experiência concreta no meio social, econômico e cultural a que pertencem os membros do grupo estudado" (Le Boterf, 1985:63). O complexo papel do

130. A caracterização do pesquisador como um assessor do grupo ou da comunidade é especialmente enfatizada por Brandão e Gianotten e De With, op. cit.

131. Respeito aqui expresso através da "devolução do conhecimento", aspecto controvertido entre os adeptos da PP. Gianotten e De With se manifestam explicitamente contra esta postura que, a seu ver, é uma exigência de todos aqueles envolvidos na pesquisa, e não apenas dos pesquisadores eruditos. Por outro lado, estes autores argumentam que a devolução de conhecimentos é muitas vezes usada como justificativa da pesquisa e como legitimação da opção ideológica da investigação (p. 172-173).

investigador militante 132 exige também que ele "se coloque no lugar do outro" 133 para melhor compreendê-lo (Le Boterf).

c) Aspectos metodológicos

A metodologia da PP, coerente com os pressupostos teóricos e epistemológicos que a informam, difere em vários sentidos da pesquisa convencional: a) o objeto da pesquisa deve ser definido pela população interessada, considerada "pesquisadora", mediante a assessoria de um ou vários investigadores profissionais de fora da área, comprometidos com a causa popular; b) os pesquisadores profissionais devem tomar conhecimento da realidade na qual vão trabalhar através de estudos prévios, dados secundários e entrevistas com as lideranças locais; c) a equipe de pesquisa é composta dos pesquisadores profissionais e da população interessada ou seus representantes; d) o planejamento da pesquisa é elaborado pela equipe mista; e) os objetivos da investigação são definidos pela população interessada a partir dos temas que são prioritários para ela; f) não existe uma fase de "trabalho de campo" como na pesquisa tradicional, mas uma geração de conhecimento dentro da ação da pesquisa onde pesquisadores profissionais e população interessada se beneficiam mutuamente da experiência uns dos outros; g) em alguns casos são usadas as técnicas de coleta de dados da pesquisa convencional, como o questionário, a observação participante e a entrevista; h) a análise dos dados é feita através de técnicas "dialogais" com a participação de todos; i) quando apenas alguns representantes da comunidade se incorporam à pesquisa, a equipe procede à "devolução" dos resultados através de reuniões amplas, onde se espera um efeito de feedback para validação dos dados e onde "técnicas simples" de comunicação são utilizadas; j) propostas de ação são definidas em função das necessidades

^{132.} Vários termos são usados para se referir ao pesquisador: "agentes eruditos de mediação" (Brandão), investigador militante (Bonilla, et alii), orientador (Le Boterf), assessor (Gianotten e De With), pesquisador participante (Brandão e Fals Borda), pesquisador (Oliveira e Oliveira), técnico ou facilitador (Argumedo), investigador (Thiollent).

^{133.} Aqui lembramo-nos de G.H. Mead.

da população; l) "the last but not the least", a realidade pesquisada deve ser aquela dos grupos oprimidos.

Em termos operacionais, as PPs podem divergir, dependendo dos propósitos perseguidos e do momento conjuntural no qual a ação se desenvolve. As práticas da PP podem estar vinculadas a planificações do desenvolvimento local, a propósitos de desenvolvimentos alternativos de organização social e desenvolvimento educativo ou a trabalhos ligados à luta pela democratização das estruturas sociais ou alteração profunda na base da sociedade, a fim de superar as desigualdades sociais e econômicas. Nela se inscrevem, também, as experiências de formulação de um novo paradigma das ciências sociais e aquelas vinculadas diretamente às práticas político-partidárias, cujas estratégias refletem as variações das políticas de desenvolvimento vigentes na América Latina e as mudanças nos aparelhos governamentais que podem limitar ou mesmo desarticular movimentos ou organizações que buscam espaços para modelos alternativos de trabalho social, político e econômico (Gajardo, 1985:45-47).

Alguns exemplos podem ilustrar o percurso metodológico de uma PP mediante a explicitação das etapas que devem ser seguidas em uma proposta vinculada a propósitos de desenvolvimento educativo como é o caso de Freire (1983:38-40). Três são as etapas. Na primeira, a equipe deve: informar-se sobre a existência de estudos na zona escolhida, não importando o método utilizado por eles; delimitar a área da pesquisa; fazer visitas exploratórias, anotando tudo que lhe chamar atenção, ao mesmo tempo que deve identificar os organismos privados (incluindo aqueles populares, como clubes de futebol) e oficiais existentes; fazer posteriormente visitas às lideranças dos organismos antes referidos; explicar a pesquisa, de como se tem nela o ponto de partida do programa de educação de adultos e seu método participante e crítico; sugerir às lideranças a necessidade de reuniões mais amplas, onde a interpretação dos objetivos da organização que desenvolve a pesquisa e seu método de trabalho possa ser feita, em parte, por representantes populares; sugerir a constituição de grupos de 20 a 30 pessoas que se reuniriam uma a duas vezes por semana, a fim de discutir livremente sobre os

problemas fundamentais da população; juntar ao grupo representantes da equipe pesquisadora, cuja "voz", porém, jamais poderia ser "superior" à voz dos grupos populares; gravar os debates; eleger um coordenador ou relator de grupo que fará a síntese na reunião final com todos os grupos; elaborar um documento final por pesquisadores e pesquisados que será de fundamental importância para a organização do conteúdo programático do projeto de educação de adultos.

A segunda etapa da PP se refere ao estudo crítico do discurso popular (sintaxe, semântica, metáforas, níveis de percepção de realidade) com a participação de outros especialistas, como os lingüistas, assim como dos relatores de grupo. A terceira e última etapa será a organização de um pré-programa de educação de adultos a ser elaborado a partir da análise da realidade feita pelos grupos populares numa das primeiras fases da pesquisa, e dos estudos do discurso popular, com a participação necessária dos representantes dos grupos populares. Novos encontros serão feitos com os antigos grupos, onde o pré-programa será discutido, cujas unidades e subunidades passarão a constituir-se em objetos de conhecimento a ser desvendados na posterior prática educativa. Esta, por sua vez, se alongará mais adiante em nova pesquisa, na continuidade dinâmica entre pesquisa e educação, que exige uma flexibilidade dos programas que vão se fazendo e refazendo, em lugar de serem estáticos e imóveis. Segundo freire, isto significa "inventar métodos com os quais se possa trabalhar, de maneira que as pessoas não sejam meros objetos" (p. 41).

Outro exemplo de coordenadas metodológicas encontramos em Bonilla et alii (1985:143-147) e representa um modelo de pesquisa alternativa àquele modelo tradicional das ciências sociais. São duas suas principais etapas, o conhecimento de fora e o conhecimento de dentro. O primeiro é chamado de "modo de aproximação" e o segundo, de "conhecimento através da ação". O "modo de aproximação" inclui: a) conhecimento da área através de dados secundários; b) a inspeção ou reconhecimento da área (visitas aos centros de trabalho, consultas e instituições, conversa com profissionais, visitas a sindicatos e cooperativas, entrevistas com sacerdotes); c) a identificação das classes, gru-

pos sociais ou pessoas da região que sejam simpáticos à proposta e que possam vir a ser seus aliados; d) averiguar a existência de grupos políticos e suas formas de pressão e controle sobre os grupos organizados e suas realizações; e) a tentativa de uma análise primária e provisória das classes e da história e natureza de seus conflitos, com base no modelo de produção predominante, e as relações de produção e troca existentes; f) a identificação do tipo e natureza das lutas registradas na região ou promovidos no passado; g) a análise dos planos de desenvolvimento socioeconômico; h) um inventário das formas de controle social diretas ou indiretas pelo sistema vigente; i) um estudo das características culturais e étnicas da região, identificando os elementos que parecem ter desempenhado um papel relevante nas lutas sociais e reivindicativas. Estes passos resumem a primeira fase de conhecimento por parte do investigador, que é provisória, não definitiva, nem completa. O passo mais importante é o conhecimento de dentro, mediante contatos e relações políticas que expressam seu compromisso com a causa dos grupos sociais identificados como "chaves". O "conhecimento através da ação" exige que o investigador militante tenha por objetivo a colocação de suas técnicas e conhecimentos a serviço de uma causa, que é, por definição, uma transformação fundamental da sociedade maior da qual o grupo ou comunidade fazem parte. Este compromisso implica metodologicamente no seguinte itinerário: a) a análise da estrutura de classes da região; b) a captação dos temas e enfoques prioritários, através dos gruposchave, de acordo com seu nível de consciência ou de ação; c) a busca das raízes históricas das contradições que dinamizam a luta de classes na região; d) a devolução 134 (grifo nosso) a esses setores ou grupos-chave, dos resultados da investigação, com vistas a atingirem maior clareza e eficácia em sua ação.

Estes procedimentos, segundo os autores, têm várias implicações práticas: a) os trabalhos são concebidos *com* os setores de base; b) a produção das técnicas de pesquisa é feita *para* os setores populares, juntamente *com* eles; c) são requeridas formas adequadas de comunicação dos resultados, estabelecendo-se um novo "idioma" muito mais claro e honesto do que o costumeiramente usado por cientistas tradicionais; d) os conceitos e hipóteses encontram sua confirmação ou rejeição através do contrato direto e indireto com a realidade e pela utilidade que demonstram ter nas mãos de setores e grupos-chave, considerados estratégicos para a transformação fundamental da sociedade. As decisões sobre investigação e ação não podem ser tomadas unilateralmente, de cima para baixo, mas sim em conjunto com os setores-chave efetivos ou potenciais. O método de estudo-ação leva, geralmente, ao que os autores chamam de "incentivação", ou seja, "quando o pesquisador militante, inserido em uma região ou comunidade, consegue determinar pontos de partida reais (níveis de consciência) para reivindicações que podem levar os esforços sucessivos da luta pela justiça (lutas cívicas, salariais, pela posse da terra, por serviços públicos, escolas, postos de saúde etc.) até chegar a conflitos de classe orientados para mudanças mais fundamentais e estratégicas" (p. 147). Uma modalidade da técnica de "incentivação" é a "recuperação crítica", ou seja, a utilização, por parte dos pesquisadores dos elementos da cultura tradicional ou de instituições que, no passado, foram úteis para enfrentar os inimigos das classes exploradas, reativando-os nas lutas de classe do presente, dentro do princípio de utilização realista dos recursos disponíveis e de respeito ao nível de consciência política das populações.

A análise dos modelos metodológicos exemplificados indica que várias são as técnicas da pesquisa convencional que são utilizadas na PP. Assim é que ambos distinguem uma fase de conhecimento da área, momento que antecede o entrosamento dos pesquisadores com a população pesquisada (ou "interessada") onde aquelas lançam mão de estudos existentes, de dados secundários de várias espécies no sentido de se assenhorearem da realidade que se lhes apresenta. Lançam mão, outrossim, das técnicas da observação participante e da entrevista na coleta de dados primários.

A questão que se coloca é a seguinte: se os métodos da pesquisa convencional não são capazes de captar o real, por que seus resultados "não confiáveis" são utilizados na PP? Se a

^{134.} Segundo os autores a "devolução" do conhecimento á população tem não somente em sentido ético como serve de instrumento de validação dos resultados obtidos, momento em que o próprio investigador é objeto de investigação (sua ideologia, conhecimentos e prática).

ciência e seus métodos são criticados, existe uma incoerência em admitir que o pesquisador, formado nos moldes da ciência tradicional, possua sequer conhecimentos científicos; se assim é, como poderia ele, pesquisador, colocar suas "ferramentas" a serviço das populações oprimidas?